



**Evento: XVII Dia do Assistente Social e  
II Amostra Científica de Produção do Conhecimento**

**Comissão Organizadora:**

Amanda Elisa Vaz

Milena Carlos de Lacerda

Raí Vieira Soares

Rosemeire dos Santos

**Discentes da Comissão Organizadora:**

Laura Kelly da Silva Xavier - graduação

Kallynne Guimarães da Silva – pós-graduação

Mirraily Cristina da Silva Ferreira- graduação

Suyanne Héria Vieira de Souza – pós-graduação

**Comitê Científico:**

Amanda Elisa Vaz

André Luiz Augusto da Silva

Celia Maria Grandini Albiero

Débora de Paula Bolzan

Eliane Marques de Menezes Amicucci

Giselli de Almeida Tamarozzi Lima

Ingrid Karla da Nobrega Beserra

Janaina Augusta Neves de Souza

Josenice Ferreira dos Santos Araújo

João Nunes da Silva

Leila Eliane Aizza

Maria Helena Cariaga Silva

Maria José Antunes

Mariléa Borges de Lima

Raí Vieira Soares

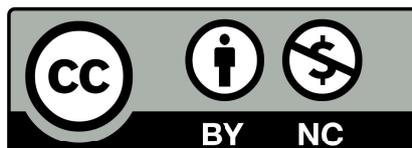
Rosemary Negreiros de Araújo

Rosemeire dos Santos

Vanda Michelle Burginski

**Copyright © 2024 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados  
www.uft.edu.br**

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas  
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte  
Bloco IV, Reitoria  
Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)**

F981d Fundação Universidade Federal do Tocantins  
Dia do Assistente Social – XVII e Amostra Científica de Produção do conhecimento – II /  
organizado pelo colegiado do Curso de Serviço Social.– Miracema, TO: Prograd-UFT, 2024.  
101p..il.  
ISBN: 978-65-87246-50-5.  
1. Serviço social. 2. Luta Anticapacitista. 3. Pesquisa e Produção do conhecimento. I.  
Título.  
CDD 361.3

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por  
qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.**



A profissão de Serviço Social em seus mais de 80 anos de institucionalização no Brasil, tem o mês de maio para celebrar, comemorar e debater sobre a profissão e seus desafios, e no ano de 2024, sob o tema: “Serviço Social e a Luta Anticapacitista” indicado pelo Conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social). A atividade será composta por uma mesa de abertura, palestra com tema específico, que irá ao encontro com a temática do conjunto CFESS/CRESS, com momentos para debates, apresentação cultural, apresentação de trabalhos em forma de resumo de Trabalho de Conclusão de Curso, Projeto de Pesquisas a nível de Graduação e Pós-Graduação, e relatos de experiências de estágio e profissional. As ações foram discutidas em reunião de colegiado e foi designada uma comissão organizadora e uma científica. O evento proposto pode ser entendida como uma ação que articula, ou direciona a construção do tripé fundante da universidade que é a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que, se propõe como uma atividade acadêmica com momentos de palestras e minicursos que atende o requisito do ensino, a apresentação de trabalhos que pode ser resultados de projetos de pesquisas ou propostas de pesquisas, assim como relatos de experiências práticas, sejam no campo do desenvolvimento do trabalho profissional, do momento prático de estágio, assim como atividades e ações de extensão que envolva a comunidade acadêmica e a sociedade de modo geral.

Palavras Chaves: Serviço Social, Luta Anticapacitista, Pesquisa e Produção do Conhecimento.

Objetivo Geral: Realizar atividade comemorativa referente ao Dia dos/as Assistentes Sociais, enfatizando as ações em defesa da luta anticapacitista.

Específicos:

- Fomentar a divulgação dos trabalhos realizados pelos docentes, supervisores de campo e discentes da graduação e pós-graduação;



- Propiciar momentos de debate e discussões sobre o anticapacitismo no seio da profissão e os desafios contemporâneos;
- Possibilitar espaço coletivo para a construção do conhecimento e metodologias do trabalho profissional.
- Visibilizar a direção ético-política do Serviço Social e as ações em defesa da Luta Anticapacitista.

### **Trabalhos Aprovados**



<b>TRABALHO</b>	<b>AUTOR/A/ES/AS</b>
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MIRACEMA DO TOCANTINS/TO: os desafios da atuação profissional de serviço social na proteção social básica.	Willy Cardoso Sousa
A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Leila Borges de Castro
AS CONFIGURAÇÕES E DESAFIOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO BOLSONARO (2019 - 2022)	Rodrigo Mamédio de Lima Eliane Marques de Menezes Amicucci
AS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: a produção de alimentos, os obstáculos cotidianos para mulheres produtoras rurais	Maria Guanamar Soares Sousa Maria Helena Cariaga
AS TRABALHADORAS RURAIS ASSENTADAS E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: PRONAF- MULHER EM QUESTÃO	Michele Gonçalves Cintra Maria Helena Cariaga
FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: questão étnico-racial em debate	Kallynne Guimarães da Silva
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: O papel do serviço social no atendimento multidisciplinar em casos de gravidez na adolescência	Daniela Fernandes Freitas Ingrid Karla da Nobrega Beserra
IDOSOS COM HANSENÍASE: Estudo sobre a rede de proteção de saúde no Tocantins	Eliselia R. de M. Gracia Amanda Elisa Vaz
INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA SAÚDE MENTAL - particularidade da saúde do trabalhador no estado do Tocantins: uma análise dos anos de 2020 a 2022	Milena Pereira de Souza Ingrid Karla da Nobrega Beserra
O PERFIL DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DE PALMAS/TO	Maria Maxsuela Evangelista da Silva Leila Eliane Aizza
O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA	Fátima Raulina de Sousa Cunha
O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SEU ENRIQUECIMENTO HISTÓRICO	Willy Cardoso Sousa Rosemeire dos Santos
O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL (CREAS) DE COLINAS-TO: ATUAÇÃO FRENTE À VIOLAÇÃO DE DIREITOS	Vanessa Pereira Rosa
PROGRAMA MAIS MÉDICOS E PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL: ANÁLISE DO DIREITO AO ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE	Laís da Silva Souza Leila Eliane Aizza
VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: desafios em tempos de Pandemia da Covid-19	Ingrid Karla da Nobrega Beserra Joelma da Costa Silva Kanela
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: ESTUDO SOBRE A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO TOCANTINS	Amanda Elisa Vaz Vanessa N. O. Carneiro



# Serviço Social na luta anticapacitista



## RESUMOS



# Serviço Social na luta anticapacitista



## **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MIRACEMA DO TOCANTINS/TO: os desafios da atuação profissional de serviço social na proteção social básica.**

**Eixo Temático: Formação profissional**

SOUSA, Willy Cardoso<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Neste trabalho nos deteremos na Política Nacional de Assistência Social, centralizando na proteção social básica e como, contexto no qual se desenvolve a atuação dos profissionais do serviço social. Neste sentido, o intuito deste estudo é abordar, brevemente, sobre a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social no município e refletir sobre as relações de trabalho na contemporaneidade e sobre o fazer profissional do assistente social questionar também se há autonomia relativa desses profissionais perante suas intervenções, ou estão ali somente para preencher formulários e escrever relatórios ou pareceres sociais mais breves possíveis, mas especificadamente na Proteção Social Básica e a intervenção do serviço social frente as demandas sociais trazidas pelos usuários do sistema único de assistência social (SUAS) na superação das situações de risco e vulnerabilidades sociais que são impostas pelo sistema capitalista que os usuários estão inseridos. E conseguinte observar as limitações, desde do contrato, e que se estende ao agir profissional quando busca-se um intervenção reflexiva e crítica.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Política Nacional de Assistência Social; Atuação profissional; Proteção Social Básica.

### **1 INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Trabalhador do SUAS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias - GEPPSFAM. Graduado pela Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema - willy.cardso@gmail.com.



# Serviço Social na luta anticapacitista



Este trabalho é fruto de reflexões e indagações vivenciadas atuando profissionalmente na política nacional de assistência social e no sistema único de assistência social, através de uma reflexão crítica das demandas sociais vindas dos usuários. A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco, investindo nas potencialidades da comunidade e das famílias que são acompanhadas pelo CRAS, ou seja, à população que vive em risco e vulnerabilidade social constante, devido à miséria, privação de alguns direitos básicos como renda, ou nenhum acesso a serviços básicos e também se trabalha com a fragilidade de vínculos devido a discriminações raciais, de gênero ou por deficiência, dentre outros.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA PNAS, NO COTIDIANO DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

A construção de uma política voltada para assistência social é relativamente nova no Brasil, materializada apenas na Constituição Nacional de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”. O artigo 203 afirma que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. A assistência social também é componente da seguridade social porque integra e define um veio da seguridade, que é a sua dimensão distributiva, por oposição à dimensão contributiva definida pela previdência social. Além disso, ela deve agir nas incertezas do amanhã, protegendo-os preventivamente das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar etc. É nesse sentido que ela deve funcionar como uma rede de proteção impeditiva da pobreza extrema (PEREIRA, 2001).



# Serviço Social na luta anticapacitista



Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a reformulação do sistema de proteção social incorporou valores e critérios que soaram no Brasil como inovação semântica, conceitual e política. Em 1993, foi implementada a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), após muitas lutas sociais e estabelece normas e critérios para organização da assistência social. Na LOAS é previsto no Art. 1º “A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993). Em 2004 foi instituída a PNAS que materializou as diretrizes da LOAS, regida por princípios democráticos, efetivando os serviços prestados à sociedade. O trabalho na Proteção Social Básica deve ser organizado em redes socioassistenciais que deverão prestar serviços, de cunho imediato ou de prestação continuada como no caso do BPC (Benefício de Prestação Continuada), o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

### **3 NEM TUDO SÃO FLORES: política universal ou seletiva?**

Durante esse curto período de minha vivência, atuando no SUAS, pude observar melhor a realidade dos profissionais do Serviço Social que atuam na linha de frente do SUAS, lidando cotidianamente com os usuários e o território. Mais especificadamente no CRAS – Novo Horizonte, do município de Miracema do Tocantins, onde pude ter contato com as questões que permeiam o processo de divisão social e técnica do trabalho na qual se insere os/as assistentes sociais. Percebe-se que no município há



# Serviço Social na luta anticapacitista



territorialidades diferentes, contudo, as demandas não se diferenciavam umas das outras.

Observações colhidas no espaço profissional e com outros assistentes sociais atuantes no SUAS, e as indagações sobre as intervenções cotidianas no processo de enfrentamento da questão social, nota-se a forma contraditória de como se executam a política de assistência social, pois, ao mesmo tempo em que deveria ser uma política universal e que atendesse todas as demandas dos usuários, se faz uma política seletiva onde só poderá ter acesso àquele que for o mais miserável, ou seja, não há recursos para atender demanda x, apenas y. Dessa forma a intervenção desses profissionais não poderá ser voltada apenas na garantia de direitos, mas, deve-se ser objetiva e breve devido à tecnificação e sucateamento da política, pois a atuação profissional não se desenvolve de uma forma que seja proveitosa tanto para o usuário, quanto para a instituição a qual o profissional presta serviços.

Porém é visível o sucateamento da política, logo que é uma das diversas formas de precarização das funções profissionais dos/das assistentes sociais, e como se dão essas relações formais de emprego, a sobrecarga de trabalho e funções, e a falta de autonomia desses profissionais perante suas intervenções, estão ali somente para preencher formulários e escrever relatórios ou pareceres sociais mais breves possíveis, onde a totalidades dos indivíduos e das famílias atendidas não são levadas a sério?

Porém nos dias atuais, apesar dos trabalhadores procurarem o aprimoramento da sua força de trabalho via o desenvolvimento educacional e intelectual, não possuem uma inserção adequada no mundo do trabalho e esse fenômeno assola principalmente



# Serviço Social na luta anticapacitista



jovens-adultos que apesar de todo investimento na formação profissional via graduação e pós-graduação dificilmente conseguem efetivar suas funções de profissionais.

## 4 CONCLUSÃO

Ao se falar em prática profissional, tense em mente o que o assistente social faz. Que na verdade é um conjunto de atividades que são desenvolvidas pelo profissional. No entanto essa prática profissional não deve ser considerado um fenômeno isolado, mas que existem condicionantes externos, no sentido da instituição na qual o profissional desempenhará seu papel, e/ou internos dependendo do desenvolvimento do profissional, onde o próprio busca isso, para que sua intervenção ser pautada numa reflexão crítica dos embates sociais.

Contudo, deve-se observar as limitações que são muitas, desde do contrato, e que se estende ao agir profissional quando busca-se um intervenção reflexiva e crítica como apreendemos na universidade, a tecnificação desse profissionais se faz cada vez maior e sem que os próprios muitas vezes percebam, que estão naquela instituição para dar respostas rápidas e infelizmente na maioria dos casos não dar a devida atenção que o usuário tem por direito não só constitucional, mas através da LOAS.

[...] ao propor a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e execução das políticas de assistência social. [...] mas que contraditoriamente pode direcionar-se para os interesses de seus usuários. Sem dúvida, mudanças substantivas na concepção da assistência social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de não política para o campo da política pública. (YAZBEK, 2011).

De certo ponto, no fazer profissional, percebe-se o quão excludente e seletiva é a Política Nacional de Assistência Social, pois foi desenvolvida baseada na teoria da vulnerabilidade e risco social, e não do enfretamento direto da questão social. E digo que, é seletiva no sentido de transformar os e as assistentes sociais em coletores de



# Serviço Social na luta anticapacitista



dados para o Ministério de Desenvolvimento Social, e selecionando que deverá receber os serviços prestados tanto pela Política Nacional e Assistência Social, quanto pela Proteção Social Básica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. lei orgânica da assistência social.

BRASIL, **Orientações técnicas: centro de referência de assistência social – cras/ministério do desenvolvimento social e combate à fome**. – 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, df, Senado, 1998.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social** — Loas. Lei N°. 8742. Brasília, Senado Federal, 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Secretária nacional de assistência social. Brasília: 2004.

PEREIRA, POTYARA. **SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**. IN: POLITICA SOCIAL E DEMOCRACIA SÃO PAULO: CORTEZ, 2001. P. 217-233.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teóricos metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade**. Serviço Social direitos sociais e competências profissionais. 2011.



## **A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE**

### **NO MUNICÍPIO DE PALMAS TO: O uso das ferramentas interdisciplinares na atenção ao cuidado integral dos usuários da APS no município de Palmas-TO**

**Eixo Temático: Serviço Social e Políticas Sociais**

CASTRO, Leila Borges<sup>1</sup>

O presente estudo tem como tema a Interdisciplinaridade na Política de Saúde Pública, mais especificamente na Atenção Primária em Saúde- APS com foco na atenção e no cuidado integral no Sistema Único de Saúde-SUS. Haja vista o histórico político, social e cultural em que a Política de Saúde foi concebida no Brasil, bem como os determinantes sociais que afetam as condições de vida e saúde das populações e suas implicações na atualidade e na forma como se dá a gestão do cuidado pela equipe multiprofissional na APS.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Saúde; Política; Atenção; Cuidado; Integral.

<sup>1</sup> Emulti norte 02 - Semus - Palmas-To leilabc3@gmail.com.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## **TÍTULO: A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PALMAS TO:**

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como tema a Interdisciplinaridade na Política de Saúde Pública, mais especificamente na Atenção Primária em Saúde- APS com foco na atenção e no cuidado integral no Sistema Único de Saúde-SUS. Haja vista o histórico político, social e cultural em que a Política de Saúde foi concebida no Brasil, bem como os determinantes sociais que afetam as condições de vida e saúde das populações e suas implicações na atualidade e na forma como se dá a gestão do cuidado pela equipe multiprofissional na APS.

Frente a colossal fragmentação do cuidado que perpassa os níveis de atenção à saúde pública na contemporaneidade, a interdisciplinaridade tem sido apontada como uma possível resposta de enfrentamento a essas questões, de modo a propor uma redefinição de práticas no SUS.

Neste compasso de problematizar este cenário local, a pesquisa visa compreender de que forma o uso das ferramentas interdisciplinares por equipes multidisciplinares das UBS podem influenciar na atenção ao cuidado integral dos usuários do SUS no município de Palmas-TO?

É premente salientar o que se compreende por interdisciplinaridade, frente a polissemia de conceitos existentes, para autora Fazenda (2015) a categoria para além da junção das disciplinas, é mais ampliado, propõe um entendimento de atitude e movimento prático, que busca o imbricamento dos conhecimentos, os aspectos que envolvam a cultura do lugar e o objetivo final desta prática integrada.

Endossando esse conceito ampliado, para autora Fazenda (2015, p. 89) a interdisciplinaridade é muito mais que junção de disciplinas, trata-se de uma nova visão sobre as possibilidades de relação entre elas e entre as questões fundamentais da contemporaneidade.

As necessidades e demandas em saúde da população são reconhecidamente legítimas, em razão disso, constitui-se direito como fundamento das Políticas Públicas, daí a importância de se analisar o alcance e os limites do uso das ferramentas interdisciplinares na atenção ao cuidado integral dos usuários do SUS.

Inicialmente, a motivação da pesquisa foi conhecer as formas pelas quais se dá o uso das ferramentas interdisciplinares pelas equipes na APS, para então mapeá-las observando como estas podem implicar na maneira de produzir saúde integral nos territórios.

Nessa perspectiva, a pesquisa faz-se necessária para ampliar a análise crítica das práticas interdisciplinares já existentes no SUS, na construção do pensamento reflexivo e na contribuição para a transformação social de dada realidade, além disso, poderá possibilitar o direcionamento para futuros estudos e intervenções práticas.

Pensar o SUS e suas implicações nas práticas em saúde, importa compreender sua trajetória, seus avanços e desafios. Para Nunes (2017), as respostas que foram dadas às demandas advindas da saúde da população, deixaram heranças presentes na contemporaneidade do modelo biomédico. Historicamente a Política de Saúde foi sendo construída sob um viés conservador e centralizado num modelo curativo e medicalocêntrico que visava atender de forma uniprofissional e resistente ao multiprofissional.

Nessa arena de conflitos de interesses, um caldo cultural, conhecido como reforma sanitária, emergiu o Sistema Único de Saúde. O SUS possui como princípios fundamentais a equidade, universalidade, integralidade, intersetorialidade, descentralização, regionalização, hierarquização e participação popular. Para que esses princípios sejam alcançados e para se ofertar um cuidado integral aos usuários, é necessária uma abordagem pautada na dinamicidade por parte das equipes de saúde com relação ao indivíduo, sua história, o ambiente onde está inserido e os determinantes sociais que afetam suas condições de vida e saúde. A interdisciplinaridade tem sido apontada como possível resposta para o enfrentamento dessas questões, de modo a redefinir as práticas diárias no SUS.

A atenção primária em saúde configura-se um importante espaço para promoção, prevenção, recuperação e proteção à saúde, sendo imprescindível o reconhecimento do seu papel enquanto ordenadora do cuidado integral em saúde, na perspectiva de ampliar a capacidade de resolutividade e atenção à saúde das populações assistidas.

Partindo desse pressuposto, a Interdisciplinaridade como proposta de trabalho colaborativo que mais do que unir as disciplinas, propõe um trabalho pensado e articulado, como importante estratégia de atenção e cuidado integral.

Vários autores são unânimes em citar como entraves a falta de conhecimento e apropriação no significado da palavra, que se difere de outros termos semelhantes.

A incapacidade de se compreender o significado dessas palavras reside na maneira como fomos formados, treinados, como funcionamos e como elas fazem parte de nossa atitude. Para tornar essas palavras mais compreensivas é preciso encaminhá-las em direção a outra palavra concorrente: integração. Entende-se muito bem quando se fala em integração dos saberes, das disciplinas, de ações, de mundialização e de globalização (Gattás; Furegato, 2005).

Pautado nessa discussão, nota-se que o uso das ferramentas interdisciplinares está posto sob uma ótica que para além do cuidado em si, promove a troca de saberes e o aprendizado por meio das relações sociais dialógicas que se estabelecem entre usuário e profissionais. Conforme Gattás e Furegato (2005), a interdisciplinaridade, além do componente cognitivo que a constituem, também é pensada em termos de atitude. Portanto, trabalhar de forma interdisciplinar requer disposição dos pares para pensar de forma integrada.

Para Gastão (2012), não é somente a capacidade de escutar, mas a capacidade de escutar, de analisar, de falar, de agir e de deliberar de forma coparticipativa e de forma coarticulada, considerando as diferenças e essas assimetrias do ponto de vista do desejo.

Para Gattás e Furegato (2005), é um tema mais teorizado do que propriamente praticado, tendo inclusive críticas quanto a sua aplicabilidade. Segundo as autoras, a interdisciplinaridade impõe às especialidades que transcendam suas próprias áreas, tomando consciência de seus limites e acolhendo as contribuições das outras disciplinas. Segundo Fazenda (2008, p. 14), a aquisição de uma formação interdisciplinar evidencia-se não apenas na forma como ela é exercida, mas também na intensidade das buscas que empreendemos enquanto nos formamos, nas dúvidas que adquirimos e na contribuição delas para nosso projeto de existência.

Dessa forma, a interdisciplinaridade se contrapõe ao processo fragmentado do cuidado na saúde, contrariando o modelo centralizado e compartimentado entre as especialidades, ou na sobreposição de uma profissão em detrimento as demais. Coloca-se como desestímulo à multiplicação desordenada de especialidades na saúde e a recorrente divisão do indivíduo em pedaços isolados, sem possibilidade de ver a completude do ser humano. Busca-se as relações de interdependências e de conexões recíprocas entre as áreas de conhecimentos (Gattás; Furegato, 2005).

## **2. METODOLOGIA**

A presente pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa explicativa, de natureza básica à luz da corrente teórica do materialismo histórico dialético, por objetivar

realizar um estudo da realidade social que está em constante mudanças e mediações externas, e ainda marcada por determinado contexto social, cultural, político e econômico que está velada de subjetividades a serem analisadas para além do concreto imediato (Severino, 2016).

Em relação ao tipo, a pesquisa se configura como de campo e bibliográfica, que pretende alcançar o objetivo, com busca e coleta de dados na realidade social das unidades básicas de saúde do município de Palmas, que tem como finalidade proporcionar uma maior familiaridade e compreensão a respeito do tema.

A revisão bibliográfica será composta por contribuições do(a)s autore(a)s Fazenda (2008), Gattás e Furegato (2005), Martinelli(2003), Nunes(2017), Bravo(2006), Gastão(2012), acrescida de outras produções e publicações oficiais relacionadas à temática.

### **Local de pesquisa**

O cenário de pesquisa será as 33 unidades básicas de saúde localizadas conforme a atual divisão, são 8 territórios de saúde, sendo estes: Pólos norte 1 e 2, Pólos central 3 e 4, Pólos sul 5,6,7 e 8 no município de Palmas-TO.

### **Amostragem**

O universo é composto por profissionais de nível superior lotados na APS que compõem as equipes multiprofissionais no município de Palmas-TO. Dentre eles: Assistentes sociais, Farmacêuticos, Fisioterapeutas, profissionais de educação física, Psicólogos, Nutricionistas, Fonoaudiólogos, Médicos, Enfermeiros. Para fechamento da amostragem será utilizado o método por saturação.

### **Instrumental de coleta**

O instrumento a ser utilizado para a coleta dos dados será a entrevista, com construção própria e com uso de roteiro semi-aberto. Conforme Minayo (2001 p.31), entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais.

### **Processo de coleta**

Para realizar a pesquisa em campo serão organizadas as etapas.

Primeira etapa: Realização do contato com os coordenadores das unidades de saúde para apresentação do projeto juntamente com o parecer favorável do CEP, com objetivo de adentrar se aproximar dos profissionais, a amostra desta pesquisa.

Segunda etapa: Envio individualmente o TCLE para leitura e resposta sobre seu aceite a participar da pesquisa.

Terceira etapa: Será agendado o espaço e o dia segundo a disponibilidade do participante, para aplicação da entrevista.

Quarta etapa: Posterior a coleta dos dados, com transcrição e organização do material coletado, será desenvolvido o método Análise de Conteúdo (AC), para análise dos dados, que viabiliza a necessidade de ultrapassar as suposições, o aparente, possibilitando analisar o contexto e ir além das falas propriamente ditas.

### **Análise dos dados**

Desta forma, a pesquisa seguirá as cinco etapas do método AC; a primeira é a pré-análise, que é a leitura minuciosa e compreensiva dos dados coletados; codificação do conteúdo, onde as ideias serão agrupadas e sistematizadas em unidades; categorização, que é a formulação das categorias; Descrição, onde é gerada a síntese das categorias; Interpretação será o aprofundamento da compreensão do resultado (Bardin, 2016).

### **Benefícios**

Ressalta-se que os aspectos positivos são de extrema relevância para o público pesquisado e demais envolvidos nos processos de gestão em saúde na APS, sendo que com a finalização da pesquisa, logo a devolutiva aos participantes da pesquisa, ou seja, socializando os resultados obtidos. O estudo possivelmente contribuirá com novos conhecimentos para a comunidade acadêmica científica, viabilizando a abertura de futuros estudos complementares na temática Interdisciplinaridade e seus múltiplos fatores envolvidos, uma vez que toda pesquisa tem suas delimitações.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRAVO, M I. S. Política de Saúde no Brasil. In \_\_\_\_\_. MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço Social e Saúde: Formação de trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde. 2006.

CAMPOS, G.W.S. Apoio matricial e práticas ampliadas e compartilhadas em redes de atenção\* \_\_\_\_\_. In Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 148-168, abr. 2012

GATTÁS, MLB e ARF. Interdisciplinaridade: uma contextualização Acta Paul Enferm 2006.

FAZENDA, I C. A. Interdisciplinaridade / Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade (GEPI) – Educação: Currículo – Linha de Pesquisa: Interdisciplinaridade – v. 1, n. 6- especial (abril. 2015) – São Paulo: PUCSP, 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social na área da Saúde: uma relação histórica - Intervenção Social, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, Érica Pollyana Oliveira. A intervenção Interdisciplinar na Saúde Hospitalar no município de Porto Nacional-To. Revista Humanidades e Inovação, v.4, n. 2 - 2017.

SEVERINO. Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24 ed. São Paulo. Cortez. 2016



## AS CONFIGURAÇÕES E DESAFIOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO BOLSONARO (2019 - 2022)

**EIXO TEMÁTICO:** Política de Educação Superior no Governo Bolsonaro

LIMA, Rodrigo Mamédio<sup>1</sup>  
AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes<sup>2</sup>

O recorte desta pesquisa é parte da dissertação de mestrado em construção, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, pela Universidade Federal do Tocantins. A mesma tem como objetivo central, discutir sobre os principais desafios enfrentados pela Política de Educação Superior no Brasil durante o governo Bolsonaro, considerando os aspectos que envolvem a crise política e econômica e o contexto da pandemia da COVID-19.

**Palavras-chave:** Política de Educação Superior; Governo Bolsonaro; COVID-19.

### INTRODUÇÃO

Discutir sobre a Política de Educação, especialmente, sobre a Universidade Pública, tem sido desde a graduação, uma árdua e importante tarefa, considerando que este debate é de suma relevância para compreendermos o contexto político e econômico no qual a Política de Educação Superior está inserida, perpassando as diferentes configurações que esta política vem atravessando frente aos últimos governos, especialmente, a partir dos anos 2003.

Outra questão imprescindível e que abordaremos, diz respeito ao acesso ao Ensino Superior por parte de estudantes da classe trabalhadora. É importante destacar que a ampliação desse acesso é resultado de lutas e resistências, que ocorrem principalmente a partir de 2003, quando na oportunidade, o presidente da época era Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que no curso do seu governo, ampliou a quantidade de Universidades e Institutos Federais em todo o Brasil, bem como, a partir de 2007, criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que garantiu não apenas o

---

<sup>1</sup> Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins - rodrigouft@uft.edu.com.

<sup>2</sup> Assistente Social. Docente da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – eliane.amicucci@uft.edu.br.



acesso, como também a permanência destes estudantes em vulnerabilidade social nestes espaços de ensino.

Todavia, é compreensível que muito ainda precisa ser melhorado e discutido para que estes estudantes consigam suprir suas necessidades, bem como, possam ter uma formação de qualidade, numa instituição que proporcione condições de ensino, pesquisa e extensão, assim como acesso e permanência que perpassam diferentes questões no decorrer da vida acadêmica.

São questões inerentes à vida dos estudantes trabalhadores e àqueles que estão fora do mercado de trabalho, como por exemplo: falta de transporte, a jornada de trabalho extensiva, alimentação insuficiente, filhos para cuidar etc. Portanto, são dificuldades que estes estudantes enfrentam no seu dia a dia e que refletem diretamente na sua formação, no acesso e na sua permanência dentro das Universidades e Institutos Federais.

Hoje, muitas ações voltadas à Política de Assistência Estudantil foram criadas para garantir de certa forma, a permanência deste estudante na sala de aula, mas não são suficientes, principalmente quando governos sem compromisso com as Universidades e Institutos Federais, deixam de investir na Educação, a exemplo do ex-presidente Bolsonaro, que esteve no poder entre 2019 e 2022.

Nos últimos anos, sobretudo, durante o governo presidencial de Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), a educação superior sofreu consideráveis impactos sociais e financeiros, em razão deste governo não ter o mínimo compromisso com as políticas sociais, com os direitos sociais em si. Como vimos, não apenas a política de educação, mas diferentes políticas sociais tiveram cortes nos seus orçamentos, prejudicando o andamento de serviços básicos e essenciais, sobretudo nas universidades e institutos federais. Contudo, sabemos que a precarização da educação superior não é uma pauta única e exclusiva do governo Bolsonaro, mas, perpassa todos os diferentes governos, com maior ou menor intensidade.

Ressaltamos que os desafios e impactos causados, sobretudo, por governo de direita e de extrema-direita, às políticas sociais, como educação, saúde e assistência social são alarmantes, primeiro pelo fato de que, preferem diminuir o papel do Estado nestas áreas e priorizar os grandes capitalistas, empresariados, banqueiros, enfim, aqueles que detém o capital em suas mãos. Todavia, não podemos deixar de enfrentar esse tipo de governo. Governo que discrimina as minorias, criminaliza os movimentos sociais, a



comunidade universitária. Além disso, deixar de investir em políticas sociais são elementares para a sobrevivência da população pobre.

As universidades federais, especialmente, vêm nesse processo de sucateamento após o pós-golpe, ocorrido em 2016, quando na oportunidade, a ex-presidenta, Dilma Rousseff foi cassada, e, no seu lugar assumiu o vice, Michel Temer (2016-2018), que, no seu programa de governo fez mudanças significativas na Educação como um todo. Também fez diversos contingenciamentos que afetavam não só a Educação, como várias políticas sociais.

Por fim, e, sabendo da importância desta discussão para o âmbito científico e acadêmico, buscamos com este trabalho em construção, fortalecer o debate sobre a Política de Educação Superior, bem como tecer algumas considerações sobre os desafios e impactos ocasionados ao longo do Governo Bolsonaro, situando o contexto de crise política e econômica no Brasil entre 2019-2022, compreendendo a importância de um debate crítico e pautado na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade, presencial e democrática.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa será subsidiada pelo método crítico-dialético, por entendermos que ele contribui de forma satisfatória para compreender o objeto de pesquisa em questão. Nesse sentido, compartilhamos das ideias de Richardson (1999, p. 22), quando ele enfatiza que “[...] método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo [...] metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método. [...]”.

É importante destacar que a nossa realidade social é formada por uma totalidade de fenômenos, um conjunto de partes, complexos de complexos. Neste sentido, Marx e Engels (2009) destacam que,

A realidade social é uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes que, tendo o trabalho como sua matriz, vai se configurando ao longo do processo histórico. O que significa que nenhuma dessas partes pode ser compreendida sem que seja apreendida a sua relação com os outros momentos da realidade social. (MARX; ENGELS, 2009, p. 15).



Após estas observações a respeito do método que subsidiará esta pesquisa, podemos pontuar que a finalidade da pesquisa é exploratória, sendo a natureza da pesquisa quantitativa e qualitativa. Entendemos que esta natureza consegue abarcar o que propõe os objetivos e suas especificidades, além do que, esta abordagem nos permite enquanto pesquisador, compreender não só a subjetividade do objeto de pesquisa, como também os fatos quantitativos da realidade social a ser pesquisada. Assim, Chizzotti (2009, p. 34), destaca que,

Para muitos autores, a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos qualitativos exclusivamente ao positivismo ou método qualitativos ao pensamento interpretativo (fenomenologia, dialética, hermenêutica etc.). Esses autores consideram que é necessário superar essas oposições que subsistem nas pesquisas em ciências humanas e sociais, e apontam que se pode fazer uma análise qualitativa de dados estritamente quantitativos ou que o material recolhido com técnicas qualitativas podem ser analisados com métodos quantitativos, como é o caso da análise de conteúdo.

Ainda sobre a natureza da pesquisa, Goldenberg (2009, p. 62), esclarece que, “A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um *cruzamento* de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”.

Metodologicamente, este trabalho será subsidiado por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Assim, compartilhando das palavras de Minayo (2009, p.16) ela pontua que, “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Todavia, a metodologia desenhada para esta pesquisa contempla técnicas e instrumentos qualitativos, embora utilize também dados quantitativos, conforme fundamentou Goldenberg (2009).

A partir da pesquisa bibliográfica utilizaremos livros escritos por autores que discutem a temática da Política de Educação Superior, sobre a Universidade Pública, bem como sobre o Serviço Social na Educação, a exemplo dos autores Pereira (2007); Gadotti (1997); Iamamoto (2000); Lima (2013); Chauí (1999); Boschetti (2000). Ainda dentro deste levantamento, utilizaremos artigos científicos publicados, especialmente, nas Revistas Serviço Social e Sociedade, Temporalis, Katálysis, SER Social, Textos & Contextos, dentre outras que possam contribuir com o debate.



Por sua vez, na pesquisa documental utilizaremos inicialmente documentos institucionais como: notas, publicações e diretrizes do Ministério da Educação do período abordado, além disso, informativos e matérias de jornais (de preferência em *sites* que passa certa credibilidade). Buscaremos notícias nos sites do Governo Federal e nos Relatórios do INEP, Plataforma do EMEC; Leis e decretos que versem sobre o tema aqui abordado.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa em construção pode contribuir para pensarmos numa Política de Educação Superior cada vez mais inclusiva, sendo a Universidade Pública, gratuita e de qualidade, um espaço de produção de conhecimento crítico e transformador. Sem mais delongas, acreditamos que esta pesquisa se torna necessária e pode contribuir para novos debates no âmbito acadêmico, refletindo dentre outras questões, sobre os desafios e impactos enfrentados nos últimos anos no tocante a Política de Educação Superior, especialmente, durante o governo Bolsonaro, articulando com o contexto de crise política e econômica vivenciado no Brasil, bem como o agravamento da pandemia da Covid-19, que ceifou a vida de mais de 700 mil brasileiros<sup>3</sup>.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Haja vista que a pesquisa se encontra em andamento, buscamos respostas aos nossos questionamentos, inquietações e claro, aos objetivos propostos, de forma que possamos compreender melhor o contexto no qual a Política de Educação Superior vivenciou no curso do Governo Bolsonaro, da extrema direita. Extrema direita que passa a ganha forças a partir de 2014, a partir das sucessivas crises, tanto na política quanto na economia, oportunizando ao bolsonarismo, a ascendência ao poder, conforme corrobora Leher (2023, p. 9). “Sua eleição se dá em um contexto muito específico de crises sucessivas nas quais, é preciso realçar, a extrema-direita foi assumindo um lugar cada vez mais relevante”.

As leituras propostas na construção deste trabalho vão nos mostrar que o sufocamento orçamentário das universidades federais, bem como da própria ciência e tecnologia, é resultado não apenas do nefasto governo Bolsonaro, mas, também de outras

---

<sup>3</sup> Maiores informações e dados podem ser consultados no site <<https://covid.saude.gov.br/>>, acessado em 06/04/2024.



gestões ao longo dos últimos 20 anos. “O desmonte do serviço público não pode ser concebido como obra solitária do presidente Bolsonaro, fruto de sua postura expressamente antidemocrática e de sua ignorância sobre o valor das universidades” ressalta (LEHER et. al., 2023, p. 197).

Como resultado de uma política devastadora, temos universidades e institutos federais operando em condições precárias, principalmente a partir de 2019, quando na oportunidade Bolsonaro contingenciou cerca de 40% do orçamento, que já vinha entretanto, com 21% a menos se comparado ao ano de 2020, conforme Leher et. al (2023).

Portanto, caminhamos esta pesquisa neste sentido, de trazer a luz do debate, os principais assuntos que influenciaram e impactaram no desenvolvimento das universidades federais, na Política de Educação Superior, destacando a necessidade de um debate crítico e propositivo a luz dos autores que tem produzido e se debruçado a respeito desta temática ao longo dos últimos anos.

## BIBLIOGRAFIA

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro, Record, 2009.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria R. Soares dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. *In*: LEHER, Roberto. **Educação no Governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

LEHER, Roberto et. al. Educação superior pública federal no governo autocrático. *In*: LEHER, Roberto. **Educação no Governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (org).; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## **AS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: a produção da alimentos, os obstáculos cotidianos para mulheres produtoras rurais.**

**Eixo Temático: Serviço Social e políticas sociais – Questão agrária.**

SOUSA, Maria Guanamar Soares.<sup>1</sup>

CARIAGA, Maria Helena,<sup>2</sup>

### Resumo

A pesquisa tem por objetivo identificar as determinações na realidade social vivenciada pelas mulheres a agricultura familiar na produção de alimentos. É uma pesquisa de campo de cunho qualitativo que pretende analisar das transformações ocorridas na vida rural e quais são os enfrentamentos das pessoas nos assentamentos e quais são as políticas sociais necessárias de serem implantadas para esse público.

Palavras-chave: agricultura familiar; mulheres no campo; políticas sociais.

---

<sup>1</sup> Assistente Social e militante e dirigente sindical, da FETAET (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Tocantins) e mestranda do PPGSSOCIAL/UFT. Email: [guanamarsoares@outlook.com](mailto:guanamarsoares@outlook.com)

<sup>2</sup> Professora, pesquisadora do curso de graduação e pós graduação em Serviço Social, PPGSSOCIAL/UFT do campus de Miracema do Tocantins, orientadora da acadêmica. Email: [mhcariaga@uft.edu.br](mailto:mhcariaga@uft.edu.br)



# Serviço Social na luta anticapacitista



## INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa se insere no mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social PPGSSocial/MASS/UFT. Realizar esse estudo e pesquisa acadêmica tem um significado profundo para a qualificação profissional e também no âmbito das mulheres trabalhadoras rurais, em especial da agricultura familiar no estado do Tocantins.

Tem um significado ao se realizar pois é uma contribuição para a produção de conhecimento e, em especial a qualificação da atuação profissional. Em síntese, o curso poderá contribuir com minha atuação profissional e também na militância em defesa das políticas públicas destinadas às trabalhadoras (es) rurais, agricultores(as) familiares, além de contribuir com a pesquisa e a evolução do conhecimento na área e no Estado do Tocantins.

Aproximadamente com o tema, vem desde minha formação no curso de serviço social e atuação como assistente social, militante na área da agricultura e também com a implementação, coordenação e avaliação de políticas e projetos sociais.

Enfatizamos a importância acadêmica com a proposta de realizar esse estudo de mestrado com a temática que tem sido pouco estudada no Serviço Social, voltada para a questão agrária e a agricultura familiar e o movimento social e político que envolve essa temática.

Considerando que o agravamento da questão social e das particularidades do processo produtivo no Brasil, nos marcos das ideologias neoliberal, tem se aprofundado e seus rebatimentos não só no mercado de trabalho, mas também nas demandas por outras requisições



# Serviço Social na luta anticapacitista



no campo profissional do Serviço Social, como afirma Marilda Iamamoto, apreender a questão social é também apreender como os sujeitos a vivenciam. (IAMAMOTO, 2001, p. 76.)

Destacamos que vida no campo, e ou espaço rural têm sido atravessados por profundas transformações, no avanço da modernização agrícola com o surgimento de novas atividades no seu interior, principalmente com a integração da agricultura com outros setores da economia, a superexploração do trabalho, a produtividade agrícola com o aumento considerável em quase todo o mundo. Todas essas mudanças societárias atingiram diretamente a vida de quem vive no campo, nesse caso a vida das mulheres também e são esses aspectos que devem ser estudados também pelo Serviço Social. A relevância e originalidade do estudo nos aspectos da questão agrária e da agricultura familiar em específico a ser estudado a produção das mulheres na região.

Essa perspectiva de apreender e compreender a política a produção de alimentos para a agricultura familiar pelas mulheres é também um ensaio de estudo que contribuirá para a produção de conhecimento do Serviço Social. Essa realidade em tela suscita estudos e pesquisas por sua intensa gama de diversidade e inquietações, desvelando as manifestações da questão social e a questão agrária, temática pouco fomentada no Serviço Social.

Pretende-se ainda realizar a partir da pesquisa dos elementos da realidade uma contribuição na análise das transformações societárias que vêm ocorrendo na vida rural, na vida do campo e, quais são os enfrentamentos das pessoas que vivem nos assentamentos hoje e as determinações sociais econômicas e as políticas sociais vinculadas à questão agrária e à seguridade social.

## METODOLOGIA



# Serviço Social na luta anticapacitista



Aprender as configurações do novo rural brasileiro na região central do Tocantins diante da expansão da fronteira agrícola e com vários estados e seus impactos na vida dos agricultores familiares, se dará por meio de aproximações sucessivas ao por meio de pesquisa de campo de abordagem qualitativa. Convém destacar que nesse tipo de pesquisa e considerando o contexto social, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função dos objetivos a serem alcançados. (MARTINELLI, 1999, p. 24).

As técnicas que recorreremos neste percurso serão inicialmente, o levantamento do acervo bibliográfico e documental por meio de leitura prévia e seleção das leis referentes ao tema e as regulamentações que se fizerem necessárias para dar aporte às questões a serem levantadas.

E também a observação, nesse caso o pesquisador precisa deter um conhecimento antecipado dos aspectos políticos e legais norteadores da situação, do local e ser observada e estar atenta(o) aos aspectos relacionais, às tradições, aos costumes, às ideias, às motivações e aos sentimentos dos sujeitos, para compreensão de aspectos importantes das práticas por eles vivenciadas. (MINAYO, 1999, p. 138).

Em relação aos procedimentos de análise das informações serão resultantes das leituras realizadas das observações da realidade social, dos documentos e bibliografia consultados. Que tem como objetivo a apreensão da realidade das mulheres que atuam na agricultura, as transformações e implicações a serem desveladas por meio de aproximações que permitam a construção de mediações. A classificação do conteúdo das informações vai exigir a elaboração de categorias empíricas. Para isso será feita uma



# Serviço Social na luta anticapacitista



leitura cuidadosa do material coletado, procurando identificar as questões emergentes para uma primeira classificação de seu conteúdo.

Visa apreender as contradições presentes e as determinações que incidem em diferentes âmbitos da situação analisada. Estas categorias empíricas serão definidas post-facto, extraídas do próprio material analisado. Esta análise deverá ter presente a perspectiva de totalidade e contribuir com a produção de conhecimento sobre a temática da questão agrária e da seguridade social.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se que a pesquisa aponte os elementos da realidade social das mulheres trabalhadoras no campo, as condições em que produzem os alimentos nos assentamentos e também as transformações societárias que vêm ocorrendo na vida rural e os enfrentamentos das pessoas que vivem nos assentamentos hoje e as determinações sociais econômicas e as políticas sociais vinculadas à questão agrária e as necessidades relacionadas à seguridade social.

São esses os resultados que se espera para então discutir a partir da realidade, da vida e das necessidades conforme as situações das mulheres na agricultura familiar e a produção dos alimentos, os obstáculos cotidianos para produtoras rurais. A intencionalidade da pesquisa se apoia em autoras do Serviço social que discutem a pobreza, a agricultura família e a situação da vida no campo.

## BIBLIOGRAFIA



# Serviço Social na luta anticapacitista



BEHRING, E. & BOSCHETTI, I. S. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 124, p.637-751, out/dez. 2015.

IAMAMOTO, M. V. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, M. L. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, M.C. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, 1999.

NETTO, J. P. Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, J. S. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA, R. S. Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## AS TRABALHADORAS RURAIS ASSENTADAS E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: PRONAF- MULHER EM QUESTÃO

### Eixo Temático:

CINTRA, Michele Gonçalves.<sup>1</sup>

CARIAGA, Maria Helena.<sup>2</sup>

### Resumo:

O presente projeto de pesquisa visa identificar as características importantes sobre os movimentos dos agricultores rurais, especificamente das mulheres, para compreender a desigualdade de gênero no contexto agrário rural. Conhecer a participação das mulheres pois nesses espaços são ocupados majoritariamente pelos homens, essa realidade rural presente na estrutura da sociedade conservadora e patriarcal. Esperamos que os resultados apontem quais políticas sociais são necessárias para atender essa demanda das mulheres produtoras rurais.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais; Questão agrária; Pronaf.

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de graduação do Serviço Social/UFT – campus de Miracema do Tocantins.

Email: michele.cintra@mail.uft.edu.br

<sup>2</sup> Professora, pesquisadora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social, PPGSSOCIAL/UFT do campus de Miracema do Tocantins, orientadora da acadêmica. Email: mhcarriaga@uft.edu.br



# Serviço Social na luta anticapacitista



## INTRODUÇÃO

Diante do desenvolvimento a partir da agricultura familiar, o Estado estabelece um programa pra dar subsídios aos pequenos agricultores (as) para que haja a emancipação financeira através do programa (PRONAF), que tem como uma das suas linhas de crédito à agricultura familiar no setor da reforma agrária, as famílias pertencentes a esse grupo, são pessoas com características humildes com baixas perspectivas de crescimento financeiro, reflexo da expressão da questão social que o Brasil.

A linha de crédito existente para a agricultura familiar foi responsável para viabilizar formas de desenvolver o trabalho dentro de suas terras, podendo agregar as necessidades de verbas para um futuro investimento. Como toda política pública, necessita-se observar, pesquisar e analisar, se estão de fato correspondendo às expectativas que são impregnadas pela sua formulação, por isso esse tema é de grande relevância.

Dentro da área de Serviço Social, nota-se que não temos muitos pesquisadores ou autores que narrem sobre a Agricultura familiar e suas expressões da questão social. No campo de estágio no qual estou inserida, é voltada para extensão rural, nas observações ao longo de dois períodos, a falta de conhecimento dentro da graduação sobre os temas voltados para área agrária do Brasil é muito grande, sendo de grande importância, pois os conflitos por ocupação de terras sempre foi alvo de grandes impasses, também sendo responsável por muitas desigualdades sociais, sendo assim um



# Serviço Social na luta anticapacitista



tema que tenha que ser mais abordado pelos profissionais e estudantes de Serviço Social.

Os assistentes sociais trabalham efetivamente com essas famílias, na atualidade necessita-se de pesquisadores para compreender as efetividades e a importância que a agricultura familiar representa dentro da nossa sociedade e pesquisar a área agrária e consequentemente contribuir para uma melhor formação de futuros assistentes sociais.

Agricultura familiar, na atualidade produz muitos alimentos que não está inserida no Agronegócio, que se dá com outra fomentação de escala de produção, mais voltada para exportação. Portanto, entender a importância da agricultura familiar é também aprender sobre a importância que o Pronaf teve para a concretização dos resultados obtidos ao passar dos anos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2021, aponta que o Pronaf teve uma grande evolução, conseguindo se consolidar, com uma política de crédito que deu condições da agricultura familiar se estabelecer dentro do mercado.

## METODOLOGIA

Nessa pesquisa, será observado as demandas dentro do Assentamento Paulo Freire I, será analisada como foi essa implementação. Assim, as motivações que são estabelecidas para esse projeto vieram também a partir das vivências no assentamento, por isso a importância dos questionamentos, para futuramente contribuir de forma analítica de futuros resultados que possam mudar mais ainda a realidade das famílias de forma positiva.



# Serviço Social na luta anticapacitista



A natureza da pesquisa é de abordagem quantitativa e qualitativa, com a intenção de alcançar resultados que tragam consigo a possibilidade de “ gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.51)

O estudo visa compreender as mudanças e contradições no tempo e este meio nos auxilia a interpretar a realidade posta pela sociedade capitalista e suas respectivas causalidades, será explorado, após a classificação das leituras, conhecido como levantamento bibliográfico, formar a problemática com o intuito de explorar se qual a percepção das mulheres do Assentamento Paulo Freire I no município de Rio dos Bois ao acessar ou ao não acesso ao financiamento. Para a mulher agrícola pelo PRONAF-mulher tem ou não compatibilidade entre sua proposta e o seu processo de exequibilidade para o financiamento de sua produção.

Diante do escopo metodológico selecionado para atingirmos os objetivos propostos no projeto, optou-se aqui por uma abordagem metodológica que privilegie aspectos qualitativos, considerando a dimensão do tema e os objetivos pretendidos. Minayo (1994) ratifica nossa escolha pela pesquisa qualitativa quando declara que:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21-22)

As pesquisas de levantamento implicam, em geral, a construção de instrumentos de coleta de dados, como questionários, entrevistas e formulários. Recolhidos os dados



# Serviço Social na luta anticapacitista



das amostras, passa-se à fase de sua interpretação, para a qual se elege determinado número de categorias, que servem para a classificação e tabulação das informações. Os cálculos estatísticos compreendem: porcentagens, médias, moda, correlações, desvio-padrão e margem de erro. (MEDEIROS, 2019).

As entrevistas que serão aplicadas terão um roteiro prévio, ou seja, embasada no modelo de entrevista estruturada: do qual o entrevistador segue uma direção previamente estabelecida, conforme o objetivo, seja de chegar aos aspectos de como a Política Agrária tem atendido às mulheres, no assentamento Paulo Freire I.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como todo programa social, adquirido ao longo da história do capitalismo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi uma conquista através de muitas reivindicações dos trabalhadores rurais. Assim torna-se possível o pequeno agricultor obter uma verba que financie seus projetos, para sua emancipação financeira e posteriormente o seu meio de sustento. Segundo Mattei “De um modo geral, pode-se dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública [...] voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares [...]” (2006, p.13).

As políticas públicas para a área agrária, só foram estabelecidas em 1996, para viabilizar um programa de oportunidades para as famílias que não tinham perspectiva de crescimento com os seus escassos meios de produção, com as necessidades de um incentivo por parte do governo foi a criação do Pronaf. De acordo com Mattei (2006, p.13):



# Serviço Social na luta anticapacitista



Neste cenário foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários.

No site do Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), considera que não bastava ter a terra, mas, também condição de explorar, e conseguir assim manter seu sustento e de toda a família. Como o nome do programa social já diz, é o trabalho do grupo familiar em conjunto, para produzir os alimentos. O financiamento agrícola é um incentivo para colaborar com maior desenvolvimento na área rural do País. O PRONAF é, portanto, um programa governamental que concede crédito aos agricultores com o objetivo de levar mais qualidade de vida aos cultivadores do campo de forma sustentável, estimulando a geração de renda melhorando a mão de obra familiar.

Os Assentamentos da reforma agrária foram necessários no passado para ser desenvolvidas políticas de financiamento para se estabelecer dentro do mercado de produção de alimentos. Como o Pronaf foi o grande responsável, de atender esse público, precisa-se saber qual as políticas executadas dentro do Assentamento Paulo Freire I, contribuindo para futuras políticas de assistência ou de financiamento, para estabelecer parâmetros onde a vivência do passado é de grande valor para entendemos como poderá ser seguida no futuro.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## BIBLIOGRAFIA

BIANCHINI, V. Vinte anos do PRONAF IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2007., 1995-2015: avanços e desafios. Brasília, DF: SAF/MDA, 2015. 113 p.

BRASIL. Lei da Agricultura Familiar, 2006 (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006).

MATTEI, L (2005): Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores. Série Estudos 11 NEAD. MDA.

MATTEI, L. PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília, DF: MDA, 2006. 202 p. (NEAD Estudos).

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, M.C. de S. (Orgs.) DESLANDES, S. F. Neto, O. C. ; MINAYO, M. C. de S. Pesquisa Social : teoria e método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O Programa de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf): Uma Revisão Bibliográfica. Rio De Janeiro: Ipea, 2021

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. Metodologia: Método Científico. In: PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.

# Serviço Social na luta anticapacitista



## FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: questão étnico-racial em debate

SILVA, Kallynne Guimarães da<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é recorte do projeto utilizado para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFT- Campus Miracema. Este, pretende dar continuidade aos estudos realizados no Trabalho de Conclusão de Curso-TCC da graduação, neste sentido busca analisar o debate étnico-racial na formação em Serviço Social nas Unidades de Formação Acadêmicas- UFA Federais da região norte, seguindo a divisão regional da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, por isso os cursos de Serviço Social escolhidos para esse estudo são das Universidades Federais do Maranhão, Tocantins, Amazonas, Pará e Piauí. A proposta de análise qualitativa se debruça em atualizar os dados acerca do debate racial coletados no TCC e agora incluir o debate indígena, por isso buscará verificar como as UFAs vêm tratando este tema na formação. O interesse por esse debate se desenvolve a partir de inquietações acerca do exercício da prática profissional, tendo em vista que, a formação social e cultural brasileira e a discussão étnico-racial na sociedade por muito tempo não foram pautas dentro da formação em Serviço Social. Nesse sentido, chega-se à contemporaneidade com uma escassez de discussões teórico e crítico sobre a questão étnico-racial, no interior da profissão, colocando vários desafios para a compreensão das demandas que chegam até os espaços sócio ocupacionais dos/as assistentes sociais, que exigem a compreensão das relações sociais a partir do imbricamento de classe social, raça/etnia e gênero.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Questão étnico-racial. Formação Profissional. Diretrizes Curriculares.

## INTRODUÇÃO

Que vai de graça pro presídio  
E para debaixo do plástico  
Que vai de graça pro subemprego  
E pros hospitais psiquiátricos  
A carne mais barata do mercado é a carne negra (diz aí!) (SOARES, 2017).

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins, Graduada em Serviço Social também pela Universidade Federal do Tocantins- Campus Miracema (2023).

# Serviço Social na luta anticapacitista



A canção “a carne”, descreve o que Clóvis Moura já vem dizendo a anos, que “montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada [...]. (MOURA, 1983, p. 01). Diante disso, observa-se que diariamente inúmeras situações de violação dos direitos básicos são reproduzidas na vida de grande parte da população negra e indígena, a exemplo das condições humilhantes em que sobrevivem parcelas significativas desta população, sem acesso aos mínimos sociais, assistidas por políticas sociais fragmentadas, descentralizadas e focalizadas.

No Brasil discutir sobre racismo é de certa forma um ‘tabu’, como aponta Guimarães (2009, p. 26), “[...] os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso status de povo civilizado”, porém a necessidade de compreender que a democracia racial nunca existiu e talvez não venha existir neste modo de produção capitalista é fundamental para entender o porquê de a população negra e indígenas ainda ocuparem espaços subalternos.

Compreende-se que a formação capitalista no Brasil acarretou inúmeros conflitos sociais que são inerentes a ele, porém vale ressaltar que este desenvolvimento possui particularidades, uma delas é o fato da economia ter sido acumulada a partir da exploração da mão-de-obra da população negra sequestradas de seus países e da população indígena, Nascimento (2016, p. 59) destaca que “[...] o papel do negro foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil [...]. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido”.

Ao se resgatar o passado colonial, pontuamos que o desenvolvimento da produção açucareira no Brasil, demandou para os ‘colonizadores’ mais mão-de-obra, preferencialmente gratuita, para que os lucros fossem totais. Nesse sentido, a criação da ideia de raça, coloca-se o discurso sobre a existência de povos “atrasados” e “inferiores”, o que resultou num processo de submissão e dominação de um continente inteiro, estima-se que 4 milhões de africanos foram sequestrados e trazidos à força para o Brasil. O grande fato é que a formação

# Serviço Social na luta anticapacitista



econômica brasileira só foi possível porque se apropriaram não só da força de trabalho, mas dos corpos, cultura e crença das populações africanas escravizadas e das populações indígenas que já habitavam as terras brasileiras a muitos anos.

No que tange ao debate étnico-racial, observamos uma inserção cada vez maior de intelectuais engajados em desvelar e descrever as implicações deste tema para o conhecimento da realidade no qual estamos inseridos, logo a discussão não é algo novo.

O debate sobre raça/etnia e racismo estrutural como categorias que se constituem como parte estruturante das relações sociais de exploração, opressão e dominação nunca foram tão necessárias como nos dias atuais.

Para Netto (2001, p. 41), a questão social é “[...] ponto saliente, incontornável e praticamente consensual”, diante disso, temos alguns questionamentos: a) como discutir a questão social enquanto fundamento do Serviço Social sem considerar a discussão de raça/etnia na sociedade brasileira? b) Tratar a questão social sem considerar a questão étnico-racial como parte estruturante desta, não seria reforçar a falácia da democracia racial, no qual somos todos iguais e por isso os rebatimentos quando há crises do capital recaem igualmente em todos? c) Como é realizado o debate da raça/etnia e populações indígenas na formação profissional em Serviço Social? d) Como este debate contribui para os futuros assistentes sociais em seus campos de atuação?

Os questionamentos acima são pontos importantes que contribuíram para a escolha deste tema e por isso, farão parte das questões que nortearão todo o processo de pesquisa.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa utilizará como método de análise o materialismo histórico-dialético, uma vez que este permite compreender a totalidade e a contradição dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam a vida em sociedade. Compreendermos que o método possibilita maiores contribuições para o conhecimento da

# Serviço Social na luta anticapacitista



realidade, através dos estudos sócio-históricos. De acordo com Pontes (2007), o método procura extrair:

[...] da forma empírica do fenômeno a raiz histórica de sua constituição, os processos que o constituíram e este enquanto participe dos processos. Enfim, a concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendram os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e processos (2007, p. 66).

Por se tratar de um estudo descritivo e, não possuir nenhum dado quantitativo, a pesquisa contará com a abordagem qualitativa. Para a fundamentação teórica o referido projeto utilizará a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 52).

Ao que se refere a pesquisa bibliográfica serão utilizados artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos, monografias, dissertações e livros. Como fontes para a pesquisa documental será utilizado as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e todos os documentos gerados pela entidade sobre o tema em estudo.

A pesquisa terá como lócus as Unidades de Formação Acadêmica- UFA federais da região norte da ABEPSS, a qual é composta pelos estados Maranhão, Tocantins, Pará, Piauí e Amazonas.

A análise dos dados ocorrerá em três etapas: 1) levantamento bibliográfico e documental; 2) pré-análise: neste momento será feita uma leitura minuciosa e fichamento de toda os textos selecionados; e 3) tratamento dos resultados, onde os resultados são tratados por meio da inferência e interpretação dos dados, considerando as categorias de análise definidas.

# Serviço Social na luta anticapacitista



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por esse resumo ser recorte de um projeto, ainda não se tem resultados concretos para se discutir, porém espera-se que com a obrigatoriedade da curricularização da extensão - o qual fez com que os Projetos Pedagógicos de Cursos- PPCs fossem revistos e reformulados – tenham gerados avanços significativos em relação aos debates que a anos estão sendo discutidos e elencados como categorias fundamentais para formação profissional em Serviço Social, entre estas categorias raça/etnia e populações indígenas.

## BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Curriculares (1996)**. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 7 maio. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2009.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, n. 14, 1983. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20824/13425>>. Acesso em: 12 jun. 2021

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, Ano 2, nº 3, p. 41-50, 2001.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.



# Serviço Social na luta anticapacitista



SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro.**

Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Kallynne Guimarães da. **SERVIÇO SOCIAL E DEBATE ÉTNICO-RACIAL: Uma Análise Dos Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos – PPC das Unidades de Formação Acadêmica – UFA em Serviço Social da Região Norte da ABEPSS. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2023.**



## **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: O papel do serviço social no atendimento multidisciplinar em casos de gravidez na adolescência**

**Eixo Temático:** Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos.

FREITAS, Daniela Fernandes<sup>1</sup>

BESERRA, Ingrid Karla da Nóbrega<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente documento é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "O papel do serviço social no atendimento multidisciplinar em casos de gravidez na adolescência". O estudo teve como objetivo identificar o perfil das adolescentes grávidas atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no estado do Tocantins, por meio de coleta de dados ao Integra Saúde do Tocantins, durante o período de 2022 a 2023. O enfoque no trabalho do serviço social no atendimento é central na pesquisa, fornecendo entendimentos valiosos sobre a operacionalização da profissão dentro do SUS. Este trabalho não apenas busca compreender a realidade das adolescentes grávidas, mas também oferecer contribuições significativas para discussões sobre a atuação do assistente social no contexto da saúde pública. Ao destacar os desafios e as melhores práticas no campo, espera-se promover uma maior eficácia e humanização no atendimento às necessidades dessas jovens e suas famílias.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Gravidez; Adolescência; Saúde.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: fernandes.daniela@mail.uft.edu.br.

<sup>2</sup> Professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social. Orientadora do trabalho. E-mail: ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br.



## INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora se apresenta teve como objetivo identificar o perfil das adolescentes grávidas atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no estado do Tocantins, no período de 2022 a 2023. Trata-se de um trabalho orientado pelas seguintes questões norteadoras: conhecer as peculiaridades da gravidez na adolescência, explicar o processo de intervenção multidisciplinar da atenção básica à grávida adolescente no município de Miracema/TO; compreender a dinâmica operacional do Serviço Social no atendimento multidisciplinar à gestante adolescente realizado no SUS.

Dias e Teixeira (2010) afirmam que a adolescência é uma fase marcada pela transição da infância para a fase adulta, com desenvolvimento físico e mental em construção, o que torna a adolescente ainda imatura para enfrentar os desafios de uma gestação, resultando na chamada gestação precoce. Além disso, fatores sociais, econômicos e culturais influenciam nos determinantes de saúde e, conseqüentemente, no desenvolvimento saudável da gravidez.

A pesquisa teve como centralidade a vinculação à pandemia da Covid-19, considerando que as gestantes fazem parte do grupo de risco, o que levanta reflexões sobre a procura pelos serviços de saúde, as condições socioeconômicas e emocionais das mesmas. É evidente a importância de debater essa questão não apenas para a sociedade em geral, mas especialmente para o município de Miracema. A comunidade precisa compreender a problemática, indo além da gravidez, para discutir e refletir sobre as possíveis conseqüências e os altos riscos dessa situação.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizado um estudo descritivo e exploratório de natureza bibliográfica. A abordagem da pesquisa foi mista, combinando dados qualitativos e quantitativos, coletados no banco de teses da CAPES e no Integra



Saúde Tocantins, que proporcionou o perfil e a quantidade de gestantes em nível estadual e municipal.

A principal relevância dessa pesquisa no contexto do SUS é a evolução da política de saúde da mulher, visando ações que considerem as particularidades dos diferentes grupos populacionais de jovens e adolescentes, tanto em áreas rurais quanto urbanas.

É fundamental ser um canal não apenas de informação, mas também de escuta para as adolescentes, garantindo seus direitos, aproximando instituições como família e escola, e auxiliando na criação de um projeto de vida a partir da gravidez. Para isso, é essencial o exercício profissional, identificando os eixos de atuação, como atendimentos socioeducativos e sociassistenciais, encaminhamentos para os serviços oferecidos e ações de articulação com a equipe de saúde.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se constituiu como um estudo descritivo e exploratório de natureza bibliográfica para a coleta de dados, conforme preconizado por Gil (2008). Quanto à abordagem que orientou a trajetória da pesquisa, foram empregados desenhos mistos, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A pesquisa quantitativa envolveu a análise de dados numéricos e técnicas de análise estatística. Segundo Prodanov e Freitas (2013), "considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las" (p.69).

Por outro lado, a abordagem qualitativa trabalhou com dados em formato de textos, comunicações, linguagens, imagens, vídeos ou áudios, permitindo uma compreensão mais profunda dos fenômenos estudados:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser



quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2001, p.21-22).

A pesquisa foi conduzida através de um estudo de revisão bibliográfica, abrangendo publicações no período de maio de 2010 a novembro de 2023. Foram consultados livros, artigos, sites, teses e dissertações disponíveis em bases de dados como Scielo, Google Acadêmico, repositórios e bases institucionais, visando uma compreensão mais aprofundada da problemática em questão.

A pesquisa documental utilizou dados obtidos no Banco de Teses da Capes e do Integra Saúde, focando na temática da gravidez na adolescência como fonte de análise e embasamento para o estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A discussão apresentada neste trabalho visou compreender a gravidez na adolescência como um fenômeno complexo e multicausal, problematizando o perfil das adolescentes grávidas em situação de pobreza e seu acesso aos serviços de saúde fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se, para uma reflexão mais aprofundada, o debate das relações de gênero, que abrange questões de sexualidade, reprodução e a estrutura de hierarquia do patriarcado, evidenciada por meio de diversas formas de violência. Neste contexto, a pesquisa focou em dois tipos de violência mais comuns em casos de gravidez: a sexual e a institucional.

A discussão aborda e promove a intervenção do trabalho, enfatizando a importância da capacitação e aprimoramento das abordagens realizadas pelos profissionais de saúde junto a essas jovens. A equipe multidisciplinar desempenha um



papel fundamental na execução de políticas sociais, na proteção e no acolhimento ao longo do processo gestacional. Este estudo destaca a necessidade de o Serviço Social ser reconhecido como parte integrante dessa equipe multidisciplinar, contribuindo para a promoção e garantia dos direitos dessas adolescentes na atenção básica.

Os dados coletados revelaram que o perfil dessas adolescentes é marcado, em sua maioria, pela dificuldade de acesso a bens de consumo e direitos, fatores essenciais para a expectativa e qualidade de vida. O estado do Tocantins foi escolhido como espaço para a pesquisa, permitindo a identificação do perfil e das peculiaridades das adolescentes do município de Miracema do Tocantins.

Por fim, o resumo aqui apresentado destaca a complexidade da gravidez na adolescência, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, evidenciando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e integrada dos profissionais de saúde, com destaque para a importância do Serviço Social. A discussão sobre as relações de gênero e a violência, aliada à dificuldade de acesso a direitos e bens básicos, ressalta a urgência de políticas e intervenções direcionadas à proteção e promoção da saúde dessas adolescentes.

Reconhece-se que o estudo realizado no estado do Tocantins, com enfoque no município de Miracema, oferece subsídios para compreender melhor o perfil dessas jovens e desenvolver estratégias eficazes de apoio e assistência ao longo do processo gestacional.

## REFERÊNCIAS

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais.** Brasília, 81 p., 2010.



DIAS, A. C. G e Teixeira, M. A. P. **Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo.** Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2010, v. 20, n. 45 [Acessado 6 Dezembro 2022], pp. 123-131. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100015>>. Epub 27 Abr 2010. ISSN 1982-4327. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100015>.

ESTADO DO TOCANTINS (2023). **Integra Saúde Tocantins.** Disponível em: <http://integra.saude.to.gov.br/>. Acesso em 17 de dezembro de 2023.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MACINKO, J.; MENDONÇA, C. S.. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 18–37, set. 2018.

MARTINS, Aline de Carvalho. **Gravidez na adolescência: entre fatos e estereótipos.** 01. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. 161p.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS et al. **Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas**– Brasília: INDICA, 2017.

SANTOS, M. DE J. et al.. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 27, n. 2, p. e2017059, 2018.



## **IDOSOS COM HANSENÍASE: ESTUDO SOBRE A REDE DE PROTEÇÃO DE SAÚDE DO TOCANTINS**

### **Eixo Temático: Serviço Social e Políticas Sociais**

VAZ, Amanda E; GARCIA, Eliselia R. de M.<sup>1</sup>

A pesquisa abordou a Hanseníase em idosos de Miracema do Tocantins, destacando a importância da política de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Buscou compreender a rede de proteção de saúde, os serviços públicos disponíveis e os direitos sociais dos idosos afetados. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, o estudo empregou métodos bibliográficos e revisão documental, por meio da metodologia crítica-dialética. Concluiu-se que é crucial fortalecer o trabalho das ESF em conjunto com outras instituições públicas para oferecer um atendimento mais eficaz aos idosos com hanseníase.

**Palavras-chave:** Hanseníase. Atenção Primária. Estratégia de Saúde Familiar. Idoso.

### **INTRODUÇÃO:**

O interesse em pesquisar a hanseníase em Miracema do Tocantins surgiu devido ao aumento de casos, especialmente de grau 2<sup>2</sup>, que causa incapacidades múltiplas. Dados de idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em Miracema do Tocantins mostram uma alta adesão ao benefício devido a doença. Na Região Norte do Brasil, incluindo o Tocantins, há uma alta prevalência da doença, principalmente entre idosos, destacando a necessidade de políticas públicas preventivas para detecção precoce e tratamento integrado.

---

<sup>1</sup> Docente do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins, Campus Miracema do Tocantins. Email: [amendoavaz@mail.uft.edu.br](mailto:amendoavaz@mail.uft.edu.br). Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Miracema do Tocantins, [eliselia2013@hotmail.com](mailto:eliselia2013@hotmail.com).

<sup>2</sup> O grau 2 de hanseníase representa uma fase avançada da doença, na qual os pacientes enfrentam não apenas as consequências físicas das lesões cutâneas e do comprometimento dos nervos, mas também o risco aumentado de acidentes e complicações decorrentes da perda de sensibilidade. (BRASIL, 2010, p. 9).



O estudo tem como objetivo compreender os conceitos, tratamentos e políticas de saúde relacionados à hanseníase na população idosa atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Focou-se em conhecer as políticas públicas que promovam a eliminação da hanseníase, considerando as diretrizes nacionais de identificação, prevenção, tratamento e reabilitação. O estudo buscou também conhecer os programas de prevenção e tratamento da hanseníase no Tocantins e em especial a cidade de Miracema, alinhando-se às orientações nacionais sobre cuidados ao idoso com a doença.

Destaca-se a importância desse estudo para ampliar entendimento da atuação dos profissionais na política de saúde, especialmente na Atenção Básica por meio do Núcleo Ampliado da Família (NAF), abordando questões como democratização do acesso aos serviços de saúde, trabalho interdisciplinar e participação dos idosos, e familiares no processo de recuperação e manutenção da saúde.

## **2. HANSENÍASE E A PESSOA IDOSA: CONCEITOS GERAIS E REDE DE PROTEÇÃO**

A hanseníase é uma doença crônica e infectocontagiosa causada pelo *Mycobacterium leprae*, afetando principalmente os nervos periféricos e podendo levar a incapacidades físicas se não tratada adequadamente. Transmitida pelas vias respiratórias, a doença é endêmica no Brasil, com milhares de novos casos relatados anualmente. (BRASIL, 2017, p. 6).

O país é um dos líderes mundiais em incidência da doença, apesar dos esforços para sua eliminação. O tratamento gratuito é disponibilizado em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS), visando interromper a transmissão e prevenir incapacidades físicas.

A atuação da Atenção Básica, especialmente via Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), promove cuidado integrado e educação para prevenção. A qualificação da equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF) segue diretrizes nacionais para responsabilidade compartilhada entre NASF e ESF. (BRASIL, 2020, p. 74).

A atenção aos idosos com hanseníase visa a inclusão social, qualidade de vida e acesso à saúde digna. Idosos com hanseníase possuem direitos respaldados por leis específicas, programas sociais e de saúde que protegem seus direitos, garantindo acessibilidade, acompanhamento psicossocial e benefícios previdenciários, além de



acesso à informação e saúde adequada, incluindo consultas, exames, tratamento e reabilitação pelo SUS. (BRASIL, 2010, p. 66).

A rede de proteção aos idosos com hanseníase inclui medidas de prevenção e tratamento de incapacidades físicas, encaminhamentos para serviços especializados de reabilitação e garantia de acesso aos direitos sociais e à legislação de proteção às pessoas com deficiência.

As diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS enfatizam a importância da atenção integral, considerando suas particularidades biopsicossociais, e promovendo a articulação setorial e intersetorial para garantir um envelhecimento ativo e com qualidade de vida.

A doença é de notificação obrigatória, sendo essencial o preenchimento da ficha de Notificação/Investigação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para monitoramento epidemiológico, com acompanhamento psicológico e social indicado conforme necessário no sentido de oferecer cuidados complementares aos idosos com hanseníase.

Os Centros Especializados em Reabilitação (CER)<sup>3</sup> são unidades de referência na rede de cuidados de saúde, oferecendo uma variedade de serviços, como diagnóstico, avaliação, orientação e atendimento em reabilitação, além de adaptação e manutenção de tecnologia assistiva. Organizam-se de acordo com diferentes modalidades de reabilitação, como auditiva, física, intelectual, visual, ostomia e múltiplas deficiências, cada uma com módulos específicos para atender às necessidades dos pacientes.

Esses centros fazem parte da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência, que também trabalha para ampliar a oferta de Órtese, Prótese e Meios Auxiliares de Locomoção (OPM) e implementar medidas preventivas para evitar perda funcional, reduzir seu ritmo ou promover a melhora da função.

Benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio-doença e aposentadoria são concedidos independentemente de carência aos idosos com hanseníase. Além disso, existe o direito à pensão especial como indenização para

---

<sup>3</sup> No Estado do Tocantins, os CERs ficam localizados nas cidades de maior porte populacional, como Palmas (Capital, região de saúde do Capim Dourado, Ilha do Bananal e Cantão), Araguaína (Região de Saúde Médio e Norte do Araguaia, Bico do Papagaio, Cerrado do Tocantins Araguaia), Porto Nacional (Região de Saúde Amor Perfeito e Sudeste) e Colinas do Tocantins (Região de Saúde do Cerrado Tocantins, Médio Norte Araguaia do Bico do Papagaio). Os idosos acometidos pela hanseníase do Município de Miracema do Tocantins, com grau 2 são encaminhados para o CER de Palmas para realizar o tratamento indicado.



peças afetadas pela hanseníase que foram sujeitas ao isolamento compulsório. É essencial que os idosos conheçam esses direitos para exigir melhor qualidade de vida e prevenir complicações.

A prevenção das incapacidades na hanseníase prioriza o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. O levantamento e registro de informações estratégicas sobre a saúde dos idosos pelo sistema de informação da Atenção Básica, como no e-SUS, facilita o acompanhamento e a oferta de cuidados complementares, especialmente para os idosos frágeis ou em risco de fragilidade, integrando-os aos demais componentes da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

### 3. INICIATIVAS DE COMBATE À HANSENÍASE NO TOCANTINS

Entre 2018 e 2021, o número de idosos com hanseníase, beneficiários do BPC em Miracema do Tocantins permaneceu estável em torno de 430. A Região Norte do Brasil enfrenta alta prevalência de hanseníase, especialmente entre adolescentes, destacando a importância de políticas preventivas para detecção precoce e tratamento.

Em 2017, a Secretaria de Saúde do Tocantins aderiu ao Projeto Abordagens Inovadoras devido ao aumento de casos de hanseníase em menores de 15 anos em 2015. O projeto, busca reduzir a carga da doença em Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, ampliando a detecção de casos e promovendo educação permanente para profissionais de saúde e fortalecendo centros de referência a fim de reduzir casos de incapacidade física.

Em 2018, houve a V Campanha Nacional de Hanseníase, Verminoses, Tracoma e Esquistossomose beneficiou 71,4 mil alunos de 5 a 14 anos em escolas públicas de Tocantins, com busca ativa para diagnóstico e tratamento dessas doenças. No Estado, 9 alunos tiveram diagnóstico confirmado de hanseníase, 86,6 mil foram tratados contra verminoses e 788 diagnosticados com tracoma.

**Tabela 1** - Estudo de estimativas populacionais por município, idade (2000-2020)

<b>Município</b>	<b>De 60 a 64 anos</b>	<b>De 65 a 69 anos</b>	<b>De 70 a 74 anos</b>	<b>De 75 a 79 anos</b>	<b>De 80 anos ou mais</b>
<b>Araguaína</b>	5.423	4.173	3.005	1.999	2.423
<b>Gurupi</b>	3.258	2.348	1.820	1.031	1.298
<b>Palmas</b>	7.036	5.109	3.297	2.014	1.889



<b>Porto Nacional</b>	1.832	1.476	1.058	751	947
-----------------------	-------	-------	-------	-----	-----

Fonte: Brasil (2020)

Segundo os dados do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis por meio dos Indicadores e Dados Básicos de Hanseníase nos Municípios Brasileiros em Miracema do Tocantins existem:

**Tabela 2** - Número de casos novos de hanseníase segundo sexo

<b>Casos novos</b>	<b>Total</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Homens</b>	52	2	16	19	9	6
<b>Mulheres</b>	55	2	25	17	11	4

Fonte: Brasil (2020)

Nos anos de 2014 a 2021, houve uma queda nos novos registros de hanseníase em homens no município de Miracema do Tocantins, enquanto isso houve um aumento significativo entre as mulheres nos anos de 2018, 2019 e 2020, coincidindo com a pandemia de COVID-19. Mesmo com as restrições sanitárias, como o uso de máscaras, que poderiam ajudar a evitar a transmissão da bactéria da hanseníase, que ocorre por vias respiratórias e convívio prolongado com pessoas infectadas, os números aumentaram.

Isso destaca a necessidade de envolvimento efetivo das Equipes de ESF, juntamente com o NASF, em ações educativas para prevenir o contágio dentro das residências e em contextos sociais. Essas ações devem ser parte integrante dos serviços de saúde, recomendadas para todos os pacientes, e os profissionais devem desempenhar um papel ativo na educação da comunidade, utilizando abordagens interdisciplinares e práticas criativas para promover uma mudança positiva nessa realidade.

## **CONCLUSÃO:**

O envelhecimento da população brasileira demanda respostas das políticas públicas para orientar ações no campo do envelhecimento e saúde. A articulação intersetorial é crucial para garantir o cuidado integral, especialmente para idosos com hanseníase, onde o diagnóstico precoce é vital.

O fortalecimento da Rede de Atenção Básica do SUS é essencial para facilitar o acesso aos serviços e promover a prevenção de incapacidades e isolamento social. A efetivação desse cuidado requer uma abordagem multidisciplinar e discussões amplas



com gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal para inclusão do tema nas agendas estratégicas do SUS, possibilitando atendimento conjunto e ações direcionadas, contribuindo para o controle epidemiológico da doença e até mesmo a erradicação da doença em nível Estadual e/ou municipal.

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia para o Controle da Hanseníase**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância Epidemiológica - Hanseníase e Direitos Humanos Direitos e Deveres dos Usuários do SUS - Série F. **Comunicação e Educação em Saúde** - Brasília – DF 2008

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Programa Nacional de Controle da Hanseníase. **Plano Nacional de Prevenção de Incapacidades e Reabilitação**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica – **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família - Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Básica, n. 27** - Brasília – DF 2010

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância e Doenças Transmissíveis - **Guia prático sobre a Hanseníase** – Brasília, 2017

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis - **Caderneta de Saúde da Pessoa Acometida pela Hanseníase** - Brasília - DF 2020

BRASIL. **Política Nacional de Saúde do Idoso**. Portaria n° 1.395, de 9 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Portaria n° 2.528, de 19 de outubro de 2006.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei n° 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

MORHAN: **Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase**. 2007.

TEIXEIRA, R.M. **Direitos e Garantias da pessoa atingida pela Hanseníase**. Botucatu, 2017.



## **INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA SAÚDE MENTAL - particularidade da saúde do trabalhador no estado do Tocantins: uma análise dos anos de 2020 a 2022**

**Eixo Temático:** Saúde.

SOUZA, Milena Pereira de<sup>1</sup>

BESERRA, Ingrid Karla da Nobrega<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho é resultado da pesquisa realizada no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os dados coletados resultam da experiência do estágio curricular obrigatório, no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest). As informações identificadas tiveram como objetivo avaliar a interseção entre saúde mental e as dinâmicas laborais, em face das transformações no mundo do trabalho. Na contemporaneidade, observa-se uma crescente prevalência de problemas de saúde mental entre os trabalhadores em escala global. Para atingir os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos foram embasados na análise de uma ampla gama de material bibliográfico especializado. Nesse sentido, este estudo busca contribuir para uma compreensão mais profunda dos fatores que influenciam o bem-estar mental dos indivíduos no contexto vinculado ao estado do Tocantins. Espera-se que os resultados obtidos possam informar práticas e políticas que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis e sustentáveis, capazes de salvaguardar a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Saúde do Trabalhador; Intervenção Psicossocial; Saúde Mental; Trabalho.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) – E-mail: milena.pereira@mail.uft.edu.br.

<sup>2</sup> Professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social. Orientadora do Trabalho. E-mail: ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br.



## INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo abranger estudos sobre o conceito de saúde e saúde mental, sua historicidade, e a relação entre trabalho e o adoecimento mental dos trabalhadores, com foco no estado do Tocantins.

A problemática do trabalho e adoecimento mental dos trabalhadores vem sendo estudada há anos. Nesse sentido, alguns dos apontamentos indicam que o trabalho flexível é um dos principais agentes causadores de afastamentos no mercado de trabalho. De acordo com Antunes (2018), a flexibilidade e as formas de precarização atuais constituem uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo.

Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se manifesta na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural (ANTUNES, 2018, p. 159).

Outros fatores, como o desdobramento de multitarefas, em que um único trabalhador executa tarefas alheias às suas atribuições, a falta de motivação devido aos baixos salários, a cobrança do cumprimento de metas e da qualidade dos serviços, e a terceirização, que impõe formas de contratação por tempo determinado, objetivando viabilizar a flexibilização das relações de trabalho, contribuem para a desestruturação da classe trabalhadora e são exemplos contemporâneos do aumento de casos de adoecimento físico e mental.



## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada na pesquisa consistiu na análise de material bibliográfico de natureza quali-quantitativa, incluindo dados estatísticos relacionados ao estado do Tocantins sobre casos de transtornos mentais ligados ao trabalho no período de março de 2020 a dezembro de 2022.

O estágio curricular obrigatório foi conduzido na Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest). Os objetos de pesquisa foram abordados por meio da análise documental, incluindo o Plano de Estágio de Intervenção, Análise Institucional de estágio, dados quantitativos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), material bibliográfico e, por meio da observação participante.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Com base na experiência de estágio realizada no Cerest Estadual do Tocantins, foram apresentadas as análises dos dados relativos à saúde do trabalhador no estado em questão, durante os anos de 2020 a 2022, considerando a especificidade da pandemia da Covid-19.

As experiências no campo de estágio envolveram observação e participação direta no ambiente institucional, junto à equipe multiprofissional e demais atores envolvidos. As atividades incluíram a leitura de portarias, análise de dados em sites relacionados à saúde do trabalhador, participação em cursos online, presenciais, webinários e web conferências sobre o tema, sempre sob a supervisão da orientadora de campo, e em colaboração com os profissionais da instituição.



A política vinculada ao Cerest é a Portaria N° 1.823, de agosto de 2012, instituída pela Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Os objetivos da portaria dispostos no Art. 8° visam o seguinte:

- a) identificação das atividades produtivas da população trabalhadora e das situações de risco à saúde dos trabalhadores no território;
- b) identificação das necessidades, demandas e problemas de saúde dos trabalhadores no território;
- c) realização da análise da situação de saúde dos trabalhadores;
- d) intervenção nos processos e ambientes de trabalho;
- e) produção de tecnologias de intervenção, de avaliação e de monitoramento das ações de VISAT;
- f) controle e avaliação da qualidade dos serviços e programas de saúde do trabalhador, nas instituições e empresas públicas e privadas;
- g) produção de protocolos, de normas técnicas e regulamentares; e
- h) participação dos trabalhadores e suas organizações; (BRASIL, 2012, p. 2)

Para a pesquisa dos dados quantitativos - sobre os casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho entre trabalhadores e trabalhadoras - foi empregado o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Esse sistema visa fornecer explicações e informações sobre agravos de notificação compulsória, permitindo a identificação de riscos e contribuindo para o controle epidemiológico da região.

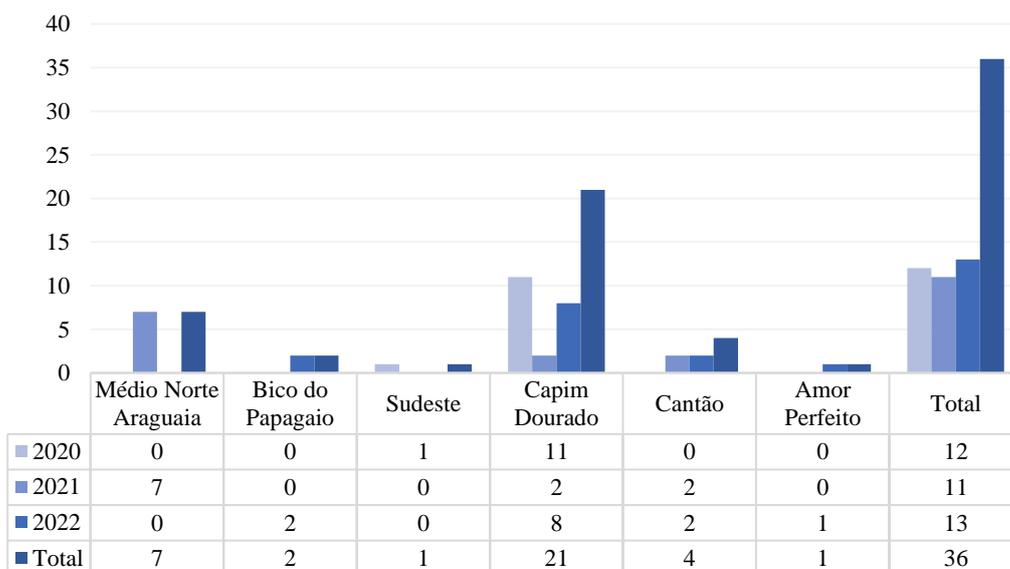
A população atendida pelo Cerest compreende trabalhadores e trabalhadoras afetados por doenças ou agravos relacionados ao trabalho. Dentre essas condições, identifica-se que os transtornos mentais representam um sério problema de saúde pública nos últimos anos:

Todo caso de sofrimento emocional em suas diversas formas de manifestação tais como: choro fácil, tristeza, medo excessivo, doenças psicossomáticas, agitação, irritação, nervosismo, ansiedade, taquicardia, sudorese, insegurança, entre outros sintomas que podem indicar o desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais [...] (PORTAL SINAN GOV, 2016, s/p)



Nesse contexto, apresenta-se abaixo, o Gráfico com o quantitativo do número de casos de transtorno mental por região de saúde no estado do Tocantins, no período de três anos (2020 – 2022).

**Gráfico 1: Notificação de Transtorno Mental relacionando ao trabalho no Estado do Tocantins (por região de saúde) 2020 - 2022**



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, junho de 2023.

A implementação e aplicação das leis que defendem os direitos e o acesso das pessoas com transtornos mentais, abordadas neste trabalho, são regidas pela Lei N° 10.216 de 6 de abril de 2001, que trata da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais; pela Lei N° 8.080 de 19 de setembro de 1990, que estabelece as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, além da organização e funcionamento dos serviços correspondentes; e pela Portaria N° 1.823 de 23 de agosto de



2012, que define a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, delineando princípios, diretrizes e estratégias para as três esferas de gestão do SUS.

A relação entre trabalho e adoecimento mental dos trabalhadores no mundo contemporâneo está em ascensão, influenciada pela flexibilização do trabalho, pela exigência de multitarefas e pela prática da terceirização.

No estado do Tocantins, durante o período pandêmico, foi observado um número "moderado" de casos. No entanto, é importante destacar que os transtornos relacionados ao trabalho passaram a ser associados à Covid-19, não sendo incluídos nos registros estatísticos como relacionados ao trabalho, mas sim ao vírus.

Dito isso, compreende-se que seja essencial garantir a saúde mental dos trabalhadores por meio do acesso a atendimento e tratamento psicossocial com uma equipe multiprofissional, promovendo a interdisciplinaridade. Além disso, é fundamental assegurar ambientes de trabalho saudáveis e promover ações de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde e qualidade de vida dos trabalhadores.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. - 1. ed. - São Paulo. Boitempo, 2018.

BRASIL. **Portaria N° 1.823**, de 23 de agosto de 2012. Disponível em <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html)> acesso em 26 de março de 2023.

PORTAL SINAN, GOV. **DRT Transtorno Mental**. Publicado em 08 de março de 2016. Disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/drt-transtorno-mental>> Acesso em: 26 de março de 2023



# Serviço Social na luta anticapacitista



## O PERFIL DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DE PALMAS/TO

**Eixo Temático:** Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos

SILVA, Maria Maxsuela Evangelista da<sup>1</sup>  
AIZZA, Leila Eliane<sup>2</sup>

**RESUMO:** A violência doméstica contra a mulher é uma questão complexa e tem suas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e no poder social. Nesse sentido, esta pesquisa tem como foco o Programa Despertar do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) que promove ações que consideram não só as mulheres vítimas de violência, mas também os autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, participantes dos grupos reflexivos. É preciso ressaltar que analisar o perfil dos autores de violência doméstica é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e de prevenção à violência. Além desse aspecto, este estudo tem o objetivo de diminuir a lacuna sobre estudos voltados ao perfil do autor da violência contra a mulher ainda incipiente no país.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; Programa Despertar; Grupos reflexivos.

### INTRODUÇÃO

A violência doméstica é a principal forma de violação dos direitos humanos das mulheres que ameaça à integridade física, à saúde e à vida. Nesse contexto, assume centralidade a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 que trata da

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: maria.maxsuela@mail.uft.edu.br

<sup>2</sup> Orientadora e professora do curso de Serviço Social da UFT. E-mail: leilaizza@uft.edu.br



# Serviço Social na luta anticapacitista



violência doméstica e familiar contra a mulher que passa a ser considerado crime deixando de ser tratada como infração de menor potencial ofensivo. A lei também tipifica violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Todavia, um dos aspectos mais marcantes do amplo impacto social e da natureza inovadora da Lei Maria da Penha é a previsão de medidas punitivas aos autores de violência. Como pode ser observado no art. 45 que estabelece que nos “[...] casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (BRASIL, 2006). Isso demonstra que para além da punição, a Lei Maria da Penha, é voltada à prevenção, à redução e interrupção do ciclo de violência, através da inclusão do agressor em grupos reflexivos.

Segundo Oliveira e Medeiros (2015), lidar com essas violações implica em abordar as condições de vida humana impostas pelo sistema capitalista. Ao mesmo tempo, envolve combater os efeitos prejudiciais do machismo, racismo e opressão das mulheres, todos fenômenos de natureza social que, portanto, podem ser alvos de desconstrução e transformação.

Nesse sentido, a igualdade das relações entre os gêneros masculino e feminino é definida como:

[...] ontologicamente iguais, considerando que homens e mulheres possuem as mesmas capacidades humanas, embora diferentes no que se refere à organicidade (caráter biológico) e que as desigualdades que ora vivenciamos têm sua gênese em um dado momento histórico da organização social, no qual as tarefas atribuídas aos homens e às mulheres vão se complexificando e dando forma aos lugares hoje conhecidos e naturalizados como “espaços femininos” e “espaços masculinos” [...] (OLIVEIRA, MEDEIROS, 2015, p. 269-270).



# Serviço Social na luta anticapacitista



## METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza documental, respaldada por uma revisão bibliográfica. O cerne da investigação recai sobre documentos jurídicos, com destaque para o "Formulário para Condução da Entrevista Preliminar", uma fonte crucial que permitirá delinear o perfil dos homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres no município de Palmas - TO, bem como suas relações com as vítimas e os tipos de violência doméstica praticada.

No ano de 2020, foi promulgada a Lei 13.984, de 3 de abril de 2020 que altera o art. 22 da Lei Maria da Penha e estabelece como medidas protetivas de urgência a frequência do autor de violência doméstica e familiar contra a mulher ao centro de educação e reabilitação. Diante disso, uma das iniciativas mais recentes do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), está na reprodução do Projeto Tempo de Despertar, inicialmente desenvolvido em São Paulo.

O Tribunal de Justiça promove ações que considerem não só as mulheres vítimas de violência, mas também os Homens Autores de Violência (HAV), com o objetivo de quebrar o ciclo da violência e disseminar uma cultura de paz. Assim, o Programa Despertar, surge por intermédio do Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM) como parte de um dispositivo de responsabilização, atendendo à recomendação de criar espaços reflexivos e responsabilizantes para os autores de violência contra mulheres.

A inclusão dos participantes no grupo passa por três etapas principais: primeira, a entrevista inicial, que é destinada ao acolhimento e estabelecimento de vínculo, onde se levanta a história de vida do participante e com foco especial nos episódios de



# Serviço Social na luta anticapacitista



violência. Segunda, o enquadre dos grupos, o grupo deve começar em até um mês, com 10 a 15 homens; o grupo está programado para ter dez encontros semanais, com duração média de duas horas cada. E a terceira etapa, o acompanhamento, que se inicia com o monitoramento dos homens com suas famílias, por até 6 meses após o término do grupo, dependendo da decisão do magistrado.

O grupo é conduzido por dois técnicos, que podem ser psicólogos, pedagogos ou assistentes sociais, encarregados de acompanhar e monitorar o grupo do início ao fim, além de elaborar relatórios para cada etapa. Dessa forma, os relatórios gerados pelos técnicos responsáveis pelos grupos reflexivos do Tribunal de Justiça do Tocantins na cidade de Palmas constituem a fonte da pesquisa documental do estudo proposto.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa está na fase do levantamento bibliográfico e síntese desse material, portanto, se fundamenta na literatura que aborda a temática. Nesse contexto, o estudo de Veloso e Natividade (2023), revela que o envolvimento de homens autores de violência em grupos de reflexão e responsabilização tornou-se reconhecido como uma ferramenta essencial no esforço de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. O trabalho em grupo oferece um indicador valioso que contribui para enfrentar a violência de gênero, além de traçar o perfil do agressor.

Dessa forma, traçar o perfil dos homens que cometem violência doméstica e familiar é fundamental para aprofundar a compreensão das causas subjacentes desse comportamento a fim de elaborar estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Conforme Pereira e Andrade (2023), a compreensão do perfil do homem que comete



# Serviço Social na luta anticapacitista



violência irá “[...] possibilitar e auxiliar o direcionamento de práticas socioeducativas das políticas públicas, intencionando a não naturalização de práticas de comportamentos violentos por parceiro íntimo.” (PEREIRA, ANDRADE, 2023, p. 86).

Nesse contexto, a pesquisa conduzida por Scott e Oliveira (2018) compilou o perfil de 241 homens que participaram de grupos reflexivos. O estudo proporcionou uma visão mais abrangente do perfil sociodemográfico dos agressores, bem como das relações com as vítimas e os tipos de violência doméstica praticados.

De acordo com o estudo, a maioria dos homens que praticaram violência possuía emprego remunerado e renda. Além disso, 32% dos agressores tinham ensino fundamental incompleto. No que diz respeito à renda familiar mensal dos participantes dos grupos reflexivos, a maioria tinha um rendimento próximo ao salário mínimo, evidenciando uma condição de baixa renda e tornando-os um grupo social vulnerável à criminalização estrutural (SCOTT, OLIVEIRA, 2018).

Outro aspecto importante do estudo, diz respeito a paternidade dos autores de violência, sugerindo um aumento na probabilidade de mulheres que compartilham filhos com o agressor serem vítimas de agressão repetida. Além disso, a maioria dos participantes dos grupos reflexivos tinha tido um relacionamento anterior com a mulher vítima de violência. Em relação à natureza da violência doméstica praticada pelos participantes dos grupos reflexivos, a violência física contra a mulher foi a mais prevalente, seguida pela violência psicológica. (SCOTT, OLIVEIRA, 2018).

Desse modo, ampliar a compreensão do perfil dos homens que praticam violência doméstica pode fornecer uma visão mais abrangente da violência contra a mulher e dos fatores que a impulsionam. Essa compreensão é crucial para o



# Serviço Social na luta anticapacitista



desenvolvimento de intervenções mais eficazes, que levem em consideração as múltiplas facetas envolvidas nesse cenário e promovam a ampliação das políticas sociais voltadas para a prevenção e o combate à violência de gênero.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 10 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.984, de 3 de abril de 2020.** Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm)>. Acesso em: 10 set. 2022.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de. MEDEIROS, Milena Gomes de. Capitalismo, Patriarcado e Serviço Social: reivindicações feministas na agenda profissional contemporânea. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

SCOTT, Juliano Beck. OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental. **Rev. Psicol. IMED** vol.10, nº 2, Passo Fundo jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpi/v10n2/06.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

# Serviço Social na luta anticapacitista



## **O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF E A PROTEÇÃO SOCIAL NO CRAS KARAJÁ I DE PALMAS-TO.**

**Eixo Temático: Família e Proteção Social**

CUNHA, Fátima Raulina de Sousa<sup>1</sup>

### **RESUMO**

A centralidade da família nas políticas de proteção social tem ocorrido de forma bastante tensionada, marcada por contradições em termos da garantia da proteção social. O familismo tem sido altamente naturalizado, onde as famílias estão sendo responsabilizadas pela proteção de seus membros mesmo sem condições para tanto. Isso reflete no direcionamento do trabalho social com famílias, o que condiciona a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Palavras-chave: Família; PAIF; Proteção Social.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social- PPGSS da Universidade Federal do Tocantins-UFT. E-mail: [fátima.raulina@mail.uft.edu.br](mailto:fátima.raulina@mail.uft.edu.br)



# Serviço Social na luta anticapacitista



## INTRODUÇÃO

O sistema de proteção social brasileiro apresenta diversos avanços que determinam sua construção histórica, fruto da articulação e mobilização da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e sindicais. Entretanto, é necessário considerar a forte e reacionária intervenção conservadora existente nesse processo, que avança em detrimento das perspectivas democráticas e se solidifica por meios de medidas restritivas da intervenção estatal na proteção social.

Partilhando da afirmação de Di Giovanni (1998, p.8), “não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum tipo de proteção”, com o objetivo de garantir proteção contra riscos sociais e naturais existentes. Diante de uma sociedade plural e adversa, cada país tem a possibilidade de propor sistemas de proteção social, a partir das suas demandas e necessidades, de acordo com suas especificidades e com a maneira como se entrelaçam as relações entre Estado, sociedade e mercado

Compreende-se a Proteção Social como um conjunto de providências, seja em serviços ou benefícios, de formas objetivas e subjetivas para indivíduos e famílias frente às necessidades e incertezas da vida. Neste sentido, defender políticas de proteção social não significa concordar com as formas de condução de direitos sociais direcionadas e afeiçoadas pelo Estado burguês. A defesa aqui é por uma proteção social pública estatal sustentada pelos valores de equidade social, democracia, emancipação e liberdade humana, uma proteção que seja efetiva para as famílias numa perspectiva de emancipação.



# Serviço Social na luta anticapacitista



O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF e a Proteção Social tratam-se de temas incontornáveis, cujo estudo sempre foi necessário, mas hoje obrigatório, visto que para os profissionais que trabalham na execução das políticas de proteção social realizando trabalho social com famílias, necessitam de um arcabouço teórico e metodológico acerca da problemática, com vistas a alargar o debate, apresentar propostas, ações e projetos, que venham a romper com essas condicionalidades na execução dos serviços junto às famílias, com o objetivo de fortalecer sua função protetiva, e garantir os seus direitos numa perspectiva emancipadora.

Na conjuntura atual, o Estado a serviço da ordem do capital tem se pautado por estratégias neoliberais comandadas pelos organismos financeiros em que defende a redução dos direitos sociais já conquistados, sob o argumento da crise fiscal do Estado, e transforma as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise.

A redução da participação do Estado na garantia dos direitos sociais submete as famílias a bárbaros processos de expropriação de direitos. Diante desse Estado mínimo é visível a sua ausência na disponibilização de equipamentos e serviços públicos que dêem suporte às famílias, ou seja, o Estado coloca a responsabilidade pela proteção nas próprias famílias sem dar condições para tanto. O fato é que são repassadas para as famílias responsabilidades e obrigações envoltas na garantia de proteção e bem-estar de seus membros, as quais não necessariamente conseguem assumir. Evidencia-se neste sentido um Estado que designa para as famílias um máximo de obrigações referentes ao bem-estar de seus membros (ESPING ANDERSEN, 2011).



# Serviço Social na luta anticapacitista



As políticas sociais estatais direcionadas às famílias são instrumentos que dão pleno poder à classe dominante de exercer seus interesses, como aponta (BEHRING 2011, p. 169) “[...] a política social não é uma estratégia exclusivamente econômica, mas também política, no sentido da legitimação e controle dos trabalhadores [...]”.

As ações junto às famílias continuam dentro de uma perspectiva da funcionalidade, relacionadas aos processos de integração e controle social. Apesar da afirmação e defesa da lógica dos direitos no direcionamento das ações profissionais com famílias, não se pode esquecer que essas implicam também em controle social. Essas contradições estão vinculadas a forma como os serviços modulam os níveis de adequação e de requisições para com estas, pois ao mesmo tempo em que são organizados para cumprir determinadas finalidades, se constituem como agências de definição de normas.

Embora a família, o Estado e o Mercado constituam-se como instâncias responsáveis pela provisão de bem-estar, a forma como são distribuídas as responsabilidades da proteção social entre estas instâncias faz uma grande diferença nas condições de vida da população. O familismo se caracteriza como responsabilização das famílias pela proteção social de seus membros, e essa responsabilização tem sido altamente naturalizada, o que rebate no âmbito das políticas sociais, afetando a Política de Assistência Social e consequentemente ganha vida no âmbito dos serviços, incluindo o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF.

O debate contemporâneo acerca da proteção social aponta que a família sempre desempenhou o papel de protetora dos seus membros, considerada parceira do Estado, devendo este intervir apenas quando esgotada a capacidade da família de garantir tal proteção. Diante disso, o trabalho social com famílias dentro do PAIF acaba sendo



# Serviço Social na luta anticapacitista



condicionado por essa realidade, visto que a materialização do princípio da centralidade na família mediante o trabalho social desenvolvido com as famílias só se efetiva a partir da garantia da proteção social a estas por parte do Estado. Segundo Mioto (2014) um foco de tensão no campo do trabalho social com famílias diz respeito às diferentes apreensões teórico-metodológicas pelas quais podem ser concebidos os elementos que definem famílias. Essas distintas apreensões determinam diferenças nas formas de condução do trabalho social. Para a autora, “essas tensões vão se revelar diretamente no encaminhamento do trabalho social com famílias” (MIOTO, 2014, p. 8).

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento da pesquisa se dará a partir do método crítico dialético, visto que, este método permite pensar as contradições da realidade, o modo de compreender a realidade como essencialmente contraditória em permanente transformação, relacionado com a construção e desconstrução de um pensamento para que este possa evoluir.

O universo da pesquisa será o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, localizado no município de Palmas/TO, os sujeitos da pesquisa serão as famílias que fazem parte do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, a amostra será constituída por 6 famílias desse Serviço, levando em consideração as famílias com maior vulnerabilidade social e econômica. Esse estudo utiliza como forma de abordagem a pesquisa do tipo qualitativa. No que diz respeito aos procedimentos técnicos, a mesma se utilizará da pesquisa participante apoiada na revisão integrativa de literatura e pesquisa documental. A coleta de dados se dará através das técnicas da observação participante e



# Serviço Social na luta anticapacitista



entrevista com grupo focal, por se tratar de importantes componentes da realização da pesquisa qualitativa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após a coleta dos dados da pesquisa, será feita a análise dos resultados, através de estabelecimentos de categorias e análise dialética com o objetivo de organizar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Ao final será feito o relatório de pesquisa que irá se proceder na forma de dissertação, para a apresentação dos resultados da pesquisa.

## **BIBLIOGRAFIA**

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política social no capitalismo tardio**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

ESPING-ANDERSEN, G. Fundamentos sociales de las economias postindustriales. Barcelona: Ariel, 2011.

GIOVANNI, D. Sistemas de proteção social: Uma introdução conceitual. In M. A. Oliveira, (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MIOTO, R. C. T. Considerações sobre o trabalho social com famílias: proposta para discussão. In Seminário Nacional de Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, 2014, p.7.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## **O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SEU ENRIQUECIMENTO HISTÓRICO: da gênese à contemporaneidade**

### **Eixo Temático: Formação profissional**

SOUSA, Willy Cardoso<sup>1</sup>

SANTOS, Rosemeire dos.<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente resumo dedica-se a uma análise sobre o movimento sócio histórico do Serviço Social brasileiro, desde sua institucionalização com o viés conservador, higienista e voltado aos interesses da burguesia, de tentativa de ruptura, até uma profissão que defenda os interesses da classe trabalhadora, e das minorias como a população LGBT, negra e segmentos populacionais que encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Formação Profissional; Movimento Estudantil.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este resumo é fruto da monografia apresentada por este pesquisador em seu processo de graduação em Serviço Social, que tem por título “Os vulneráveis” – a luta e a resistência de permanecer na universidade<sup>3</sup>”, onde se apresenta apenas um de seus capítulos sobre o processo sócio histórico da profissão. O método denominado por materialismo histórico dialético foi o selecionado pela capacidade de abranger a totalidade da temática do tema escolhido, vale ressaltar, também, que se utilizou da

<sup>1</sup> Assistente Social. Trabalhador do SUAS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias - GEPPSFAM. Graduado pela Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema - willy.cardoso@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Adjunta I da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias - GEPPSFAM.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2509>.



# Serviço Social na luta anticapacitista



pesquisa bibliográfica e documental como suporte para obter dados e informações do recorte histórico. O presente artigo tem por objetivo apresentar, o surgimento do Serviço Social no mundo e no Brasil, mostrando o processo de formação e profissionalização.

## **2 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA: da gênese à contemporaneidade**

O Serviço Social na sua gênese é desenvolvido para atender as necessidades do capitalismo e do Estado, apoiado na doutrina social da Igreja Católica na perspectiva de recristianização da sociedade, tendo por objetivo remediar as deficiências dos indivíduos e no ajustar a população à ordem social que a ela era imposta. (CARVALHO NETO; SANTOS, 2011). Diante do contexto de pauperização da população trabalhadora<sup>4</sup> e desempregada na década de 1930, o Serviço Social tem suas primeiras aparições em solo brasileiro, reafirmando a influência da Igreja Católica, na prestação de caridade às pessoas por meio das damas da alta burguesia brasileira.

Cabe ainda reafirmar os pressupostos dado a profissão em que:

O Serviço Social atendia aos anseios do Estado e da burguesia no controle e manutenção da sociedade perante as manifestações que se engendravam, reproduziam as relações sociais de produção determinadas pelo capitalismo. (CARVALHO NETO; SANTOS, 2011, p. 37).

A influência da Igreja Católica foi decisiva junto aos leigos que buscavam a formação em ações sociais, assim procuravam enquadrá-los nas pastorais e movimentos ligados à Igreja, mantendo seu papel junto à sociedade, de caridade, assistencialismo e evangelização. Como apresenta Martinelli (2007, p. 134) o “Serviço Social permanecia

---

<sup>4</sup> Compreende-se que mesmo a pessoa esteja inserida mercado de trabalho, nada o impede de passar por um processo de pauperização ou de inclusão/exclusão.



# Serviço Social na luta anticapacitista



preso aos interesses da burguesia, produzindo práticas que respondiam simetricamente às demandas por ela estabelecidas”. E neste período, as *expressões da questão social*<sup>5</sup>, era considerada apenas como uma questão moral e religiosa, em que o *homem* era o único culpado, por não se inserir no mercado de trabalho ou de não ser autossuficiente.

Com os movimentos sociais crescendo, em especial do movimento dos trabalhadores do setor da indústria, que reivindicavam todos os seus direitos, o reconhecimento legal de cidadania pelas leis sindicais, sociais e trabalhistas (SANTOS, 2010), assim, o Serviço Social Tradicional começa a traçar caminhos para efetivação enquanto categoria profissional, pois:

[...] as grandes instituições assistenciais abrem para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho amplo, que oferece inúmeras possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado sob domínio do bloco católico. (SANTOS, 2010, p. 23-24).

Embora institucionalizado, o Serviço Social ainda estava atrelada aos interesses da Burguesia e da Igreja Católica, e como descreve Aguiar (1995, *apud* LEORATO, 2017) “[...] há Assistentes Sociais cristãos que continuam assumindo a visão tradicional da Igreja [...]” mesmo após todo o crescimento do aporte teórico-metodológico da profissão, entretanto, alguns profissionais não mantiveram a mesma linha de atuação conservadora, partindo para uma atuação de visão crítica e marxista que questiona a realidade, em destaque, as reivindicações dos estudantes universitários pela ampliação do ensino público superior (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

### 3 CONCLUSÃO

<sup>5</sup> Yamamoto e Carvalho (2008; p. 177) indicam que “a *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte da classe dominante e do Estado”.



# Serviço Social na luta anticapacitista



Com a efervescência dos movimentos sociais, que lutavam por melhores condições de vida e trabalho, profissionais incomodados e responsáveis enquanto categoria profissional para contribuir neste processo, e tendo como principal questionamento, o seu fazer profissional, e Yazbek (2009; p. 7) evidencia que “é no bojo deste movimento” que será necessário repensar, e realizar questionamentos não homogêneos e em conformidade com a realidade. Importante de se fazer um destaque, pois este período para a categoria estudantil do Serviço Social, ficou marcado com o surgimento e fortalecimento da ENESSO, que desenvolveu suas atividades até meados de 1968, quando o Movimento Estudantil Brasileiro sofreu inúmeras perdas após perseguições de suas organizações durante a Ditadura Militar.

Diante do clima repressivo e autoritário, fruto das mudanças políticas da década de 60, os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional. (IAMAMOTO, 2001).

Romper é necessário, mas para que isso seja possível, é importante que se tenha profissionais focados em romper com o conservadorismo, em busca da melhoria e do crescimento do Serviço Social, pois:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma luta para alcançar novas bases de legitimação da ação social, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, pois busca colocar-se objetivamente a serviço dos interesses dos usuários. (IAMAMOTO, 2000, p. 37).

A Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO<sup>6</sup>, possui grande participação e contribuição para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da

<sup>6</sup> Recomenda-se a leitura do texto “História da ENESSO” para se fazer entender sobre o papel da executiva na contribuição e articulação dos estudantes no fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-nesso.pdf>



# Serviço Social na luta anticapacitista



profissão, pois, [...] “suas contribuições, transcorre a dimensão da formação profissional, transcendendo e colocando-se como elemento fundamental de uma compreensão crítica de mundo. (FREITAS; LIMA, 2017). Por mais que a ENESSO tenha garantido contribuições para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão e na reformulação do Código de Ética de 1993 (MOREIRA; CAPUTI, 2017), percebe-se que não há um retorno dos profissionais para a categoria estudantil. Todavia, os profissionais que estão preocupados com a formação profissional dos estudantes, estes devem:

Refletir sobre sua responsabilidade ética e política de fortalecer o MESS em tempos umbrosos de retrocesso à opção neoconservadora, de criminalização dos movimentos sociais e ofensiva à organização coletiva, e pensar que os estudantes que são quadros do MESS poderão vir a ocupar futuramente os espaços de representação nas demais entidades da categoria. (MOREIRA; CAPUTI, 2017, p. 136).

O protagonismo do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) tem sido muito importante para o fortalecimento da profissão, porém, necessita atentar-se para que haja trabalhos de base, tanto com os estudantes para fortalecer ainda mais o movimento estudantil, como no âmbito da categoria profissional, na busca pelo fortalecimento político-organizativo das duas categorias e entidades, fazendo com que o Serviço Social não retorne às suas bases mais conservadoras.

## **BIBLIOGRAFIA**

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história** – 9ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de; SANTOS, Rosemeire dos. **A construção do ethos profissional no Serviço Social**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 20, n. 2, 2011.



# Serviço Social na luta anticapacitista



FREITAS, Ivaneide Duarte de; LIMA, Isabelle Cristina Custodio de. **O Movimento Estudantil de Serviço Social como instrumento de defesa e reafirmação do Projeto Ético-Político de Serviço Social nas IES Privadas.** 2017.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica** / Valeria Lucilia Forti, Yolanda Aparecida Demetrio Guerra, organizadoras. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000, 216p.

LEORATO, Samara. **O movimento de reconceituação do Serviço Social Brasileiro.** In, Revista Maiêutica, Indaial, v. 4, n. 01, p. 25-33, 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Leslieane. **O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro: contribuições para a (re)construção da profissão.** 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. **O significado sócio-histórico da profissão.** Org. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. 2009.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## **O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL (CREAS) DE COLINAS-TO: ATUAÇÃO FRENTE À VIOLAÇÃO DE DIREITOS**

ROSA, Vanessa Pereira.<sup>1</sup>

### **Resumo**

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS /2004, a Proteção Social Especial de Média Complexidade tem por objetivo: proteger as vítimas de violências e/ou agressões e as pessoas em contingências pessoais e sociais. Desfavoráveis, de modo a que amplie a sua capacidade para enfrentar com autonomia os problemas da vida pessoal e social oriundas do sistema capitalista, tendo como princípio monitorar e reduzir os problemas sociais.

Palavras-chave: CREAS; Violação de Direitos; Proteção Social Especial

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho que se segue parte de reflexões necessárias sobre o trabalho desenvolvido no CREAS de Colinas –To. No primeiro momento, caracteriza-se a política de assistência social e seu contexto histórico, evidenciando sobre a trajetória sócio-histórico desta política a fim de situarmos a mesma frente as injustiças sociais na

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins.  
E-mail: [vanessaperrosa@gmail.com](mailto:vanessaperrosa@gmail.com)



# Serviço Social na luta anticapacitista



sociedade. Evidencia-se sobre o CREAS, que é uma Instituição encarregada de trabalhar com as violações de direitos e a superação das violências sofridas.

O CREAS presta seus serviços no atendimento direto à população; compõe a equipe multidisciplinar em conjunto com outros profissionais; articula uma rede de serviços; desenvolve projetos e ações tendo por horizonte a materialização de seu Projeto Ético Político e a democratização dos serviços oferecidos na Instituição.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi um estudo exploratório-descritivo documental, com abordagem quantitativa, que busca analisar o trabalho desenvolvido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Colinas no Estado do Tocantins. A coleta de dados referente a 2007 a 2021. O estudo mostra a importância do trabalho desenvolvido pelo CREAS e seus desafios diante do desmonte das políticas sociais.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A política de assistência social, agora promovida como proteção social, tem por objetivo promover a proteção e segurança ao indivíduo, intervenção nas expressões da questão social, na vida do usuário em vulnerabilidade social, para reduzir danos, malefícios e prevenir perda na vida das pessoas que se encontram em vulnerabilidade social. A assistência social, portanto, precisa assegurar sobrevivência, acolhida e convívio, Pereira explicita cada uma dela:

A segurança de sobrevivência consiste, basicamente, na prestação governamental de um valor monetário mínimo aos idosos e às pessoas com deficiência



# Serviço Social na luta anticapacitista



pobres – não contribuintes da Previdência Social e sem condições de se manter ou ser mantidos por suas famílias – bem como às vítimas de calamidades ou de outras contingências sociais. Esta segurança será viabilizada por meio da distribuição do Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo, e dos Benefícios Eventuais (em fase de regulamentação), assim como de bolsas-auxílios financeiros condicionais e passíveis de serem objeto de contratos de compromissos.

A segurança de acolhida refere-se ao atendimento de demandantes especiais da Assistência Social em espaços físicos e por serviços estrategicamente montados em todo território nacional para prestarem provisões básicas, especialmente as que se referem à alimentação, ao vestuário e à moradia.

Dentre esses demandantes, incluem-se pessoas com histórias de abandono, violência familiar ou social, velhice e deficiência desprotegida, consumo de drogas, entre outras. Para se viabilizar, esta segurança requer a oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de curta, média e longa duração – sob a forma de abrigos, albergues, alojamentos, vagas –, dotados de condições físicas e profissionais que garantam: a escuta profissional qualificada, a informação devida, a provisão requerida e ações socioeducativas. A segurança de convívio diz respeito à construção, restauração e fortalecimento dos laços familiares e comunitários de demandantes da assistência com fracos vínculos afetivos e sociais. Tal segurança requer, igualmente, oferta pública de atividades socioeducativas, culturais e de convivência em espaços definidos. (PEREIRA, 2007, p. 71).

A autora retrata os princípios trabalhados pela assistência social, onde a proteção proativa consiste na realização de políticas sociais voltadas para atender as necessidades



# Serviço Social na luta anticapacitista



básicas da população a fim de reduzir riscos e perdas sociais; os outros princípios relatados por Pereira ratificam o que está pontuado na LOAS: manter o tripé da seguridade social bem articulado, para assim atender melhor a necessidade da população. A proteção social na área da assistência é especial e básica. A proteção especial tem um caráter reparador, enquanto a básica possui o caráter preventivo, ou seja, a especial atua num risco já instalado na vida do usuário para reparar o risco, e a básica atua na prevenção de riscos e danos na vida do usuário, por meio de melhorias na condição de vida do indivíduo.

O Centro de Referência da Assistência Social CRAS é a unidade executora das ações de proteção básica e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS é a unidade executora das ações especiais. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF é um serviço ofertado pelo CRAS a fim de fortalecer as relações familiares. Os serviços do CREAS são de média complexidade e precisam de um acompanhamento mais individual, trabalha com famílias e indivíduos que tem seus direitos violados.

O CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social é um órgão que atua onde há violações de direitos, podendo intervir junto a famílias ou a indivíduos. Diante da necessidade de desenvolver ações de caráter coletivo o CREAS buscar trabalhar em rede promovendo palestras e oficinas nas escolas públicas e particulares, bem como, nos bairros na luta contra as injustiças sociais. O seu papel é defender as minorias, (crianças, adolescentes, grávidas, idosos, mulheres, entre outros). Acredita-se que para que as situações de violência sejam enfrentadas, se faz necessário



# Serviço Social na luta anticapacitista



o envolvimento de amplos segmentos na busca de uma sociedade na qual não haja dominação, exploração, opressão, alienação, discriminação de qualquer ordem.

Vale destacar que mesmo diante dos avanços das políticas públicas, atualmente a realidade destas estão muito distante do ideal. Além disso, há que se destacar a precariedade das políticas sociais no sentido da prevenção do agravamento das situações. É neste sentido que questiona-se as respostas que vem sendo dadas pelo Estado no processo de enfrentamento da violência.

## BIBLIOGRAFIA

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2º. ed.. Brasília: UNB, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Secretaria Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Política nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. *A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS*. Brasília 2007, disponível em: [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/251/1624](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/251/1624). Acesso em: 25/01/2024.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Assistência social: de ação individual a direito social*. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, – RBDC n. 10 –jul. / Dez, 2007. Disponível em: <[http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza\\_Sposati.pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf)>. Acesso em 04/01/2024.

\_\_\_\_\_. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 3º. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## **PROGRAMA MAIS MÉDICOS E PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL: ANÁLISE DO DIREITO AO ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE**

**Eixo Temático:** Serviço Social e Políticas Sociais.

SOUZA, Laís<sup>1</sup>  
AIZZA, Leila Eliane<sup>2</sup>

**RESUMO:** Com a promulgação da carta constitucional a saúde tornou-se política pública no Brasil, através do Sistema Único de Saúde (SUS) muitos programas foram criados pelos partidos políticos que fizeram a gestão federal dessa política ao longo de trinta e seis anos de implementação. Dentre eles, destaca-se o Programa Mais Médicos (PMM) criado pelo governo Dilma para levar a saúde primária às áreas prioritárias do SUS e o Programa Médicos pelo Brasil (PMB), estabelecido pelo governo Bolsonaro. Nesse sentido, este estudo tem o propósito de avaliar como o direito constitucional do acesso universal à saúde foi garantido por esses programas.

### INTRODUÇÃO

O texto constitucional estabeleceu que a saúde é um direito social e política de seguridade social, juntamente com previdência e assistência social Além disso, instituiu os princípios da universalidade, equidade e integralidade para o SUS. É preciso destacar outras conquistas institucionais nesse campo como a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que regulamentou o SUS e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 que trata da gestão e transferências de recursos. Dada a importância do arcabouço institucional para

<sup>1</sup> Aluna do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Estudo desenvolvido na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II). E-mail: lais.souza1@mail.uft.edu.br

<sup>2</sup> Orientadora e professora do curso de Serviço Social da UFT. E-mail: leilaizza@uft.edu.br



# Serviço Social na luta anticapacitista



a efetivação dessa política, é necessário destacar que as ações em saúde foram divididas em atenção básica, média e alta complexidades. Considerando a relevância da atenção primária ou básica para o estudo aqui proposto:

Art.2º A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária. (BRASIL, 2017).

Considerando a importância da saúde primária para o desenvolvimento de ações no campo preventivo, dois programas governamentais assumem relevância. O Programa Mais Médicos, estabelecido pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 que previu o Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), cuja proposta principal era garantir os recursos humanos médicos em todo o território nacional. O PMMB, ao longo de quase seis anos garantiu o atendimento médico aos cidadãos brasileiros com destaque os povos tradicionais que, de fato, foram atendidos em seus respectivos territórios.

Com as eleições e a mudança de governo, o programa passou a ser atacado publicamente pelo governo eleito, principalmente pela atuação massiva de médicos cubanos que foram contratados por meio do convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, o governo Bolsonaro por meio da Medida Provisória nº 890, de 01 de agosto de 2019 instituiu o Programa Médicos pelo Brasil, convertido na Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.

Dada a importância dos princípios constitucionais para a oferta dessa política como a universalidade, entendida como direito de cidadania e, portanto, garantida a



# Serviço Social na luta anticapacitista



todos os brasileiros, independente de sexo, raça ou outras características sociais ou pessoais. Além disso, é considerada direito de todos e dever do Estado, o presente estudo tem como objetivo compreender como a universalidade de acesso é efetivada pelo PMM e o PMB. Dessa forma, assume relevância na análise a atuação estatal na condução das ações primárias em saúde pelos referidos programas.

## METODOLOGIA

O estudo parte do levantamento bibliográfico sobre a temática a fim de compreender as análises realizadas cujo objetivo é aprofundar a discussão sobre questões pertinentes ao objeto de estudo proposto. Dessa forma, “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2002, p. 44).

Além disso, a pesquisa se volta para a análise documental, ou seja, medidas provisórias, leis, portarias, decretos que tratam dos referidos programas a fim de compreender a institucionalidade criada a partir da institucionalização do PMM e PMB. Nesse sentido, a análise documental é:

[...] realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1997, p. 62).

A partir da análise bibliográfica e documental pretende-se contribuir e ampliar a discussão sobre a avaliação de políticas e programas sociais.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora os programas tenham como foco a saúde primária, o estudo indicou que a forma de execução é distinta nos dois programas. Ou seja, o PMM previu à gestão e implementação ao Estado, via ministérios. Nesse sentido, o Ministério da Saúde e Educação trabalhavam em parceria com estados e municípios na execução do PMM, respeitando outro princípio constitucional que é a descentralização político-administrativa e comando único à esfera federal em relação à política de saúde.

Todavia, no caso do PMB, a atuação foi outorgada ao campo do terceiro setor, através da criação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS), atribuindo aos respectivos ministérios um caráter apenas consultivo. Dessa forma, têm-se a privatização ou terceirização da oferta da saúde às organizações sociais. É vasta a literatura que trata do campo de atuação do terceiro setor no Brasil, projeto fortemente impulsionado no Brasil na década de 1990 através do Programa Comunidade Solidária do governo Fernando Henrique Cardoso. A partir dele, têm-se a expansão desse setor no país acompanhado do desenvolvimento do arcabouço institucional que garantiu a legitimação das parcerias público-privadas.

A partir dos resultados parciais da pesquisa é possível afirmar que o governo Dilma fortaleceu o setor público na oferta da saúde primária no país por meio da gestão dos Ministérios da Saúde e Educação, além do desenvolvimento de estratégias como parcerias internacionais por meio da criação da modalidade médicos intercambistas, ampliando a universalidade do acesso à população usuária. Por outro lado, o governo Bolsonaro praticamente extinguiu o protagonismo desses ministérios com a criação da ADAPS, entidade do terceiro setor, responsável pela gestão do PMB.



# Serviço Social na luta anticapacitista



## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Congresso Nacional. 2019. **Programa Médicos pelo Brasil**. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/137836>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 - Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Programa mais médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros**. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. **Programa Mais Médicos**. 2019d. Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br/conheca-programa>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. 2018. **Interações socioculturais dos médicos cubanos participantes do Programa Mais Médicos no Brasil**. Brasília: OPAS, 2018.

\_\_\_\_\_. OPAS. 2019. **Mais Médicos: profissionais cubanos da cooperação internacional sairão do Brasil até 12 de dezembro**. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5804:ma](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5804:ma)>



# Serviço Social na luta anticapacitista



is-medicos-profissionais-cubanos-da-cooperacao-internacional-sairao-do-brasil-ate-12-de-dezembro&Itemid=347>. Acesso em: 04 abr. 2024.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. 2. ed. Editora Papiros. Campinas, 1997.



## **VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: desafios em tempos de Pandemia da Covid-19**

**Eixo Temático:** Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos.

KANELA, Joelma da Costa Silva<sup>1</sup>

BESERRA, Ingrid Karla da Nóbrega<sup>2</sup>

### **Resumo**

A pandemia de COVID-19 impactou diversos setores da sociedade, afetando entre os segmentos, os idosos, e aumentando os casos de violência contra eles. O isolamento social, uma medida preventiva, contribuiu para agravar violações de direitos desses grupos vulneráveis. A violência contra os idosos, um problema de saúde pública complexo, demanda esforços de diversos setores para enfrentá-la. Embora pouco discutido na academia brasileira, o fenômeno da violência contra idosos durante a pandemia merece atenção, dada a sua gravidade e os danos à saúde pública e qualidade de vida. Esta pesquisa visa analisar as formas de violência contra a pessoa idosa durante a pandemia da Covid-19, utilizando uma abordagem documental e qualitativa, com base em artigos e dados do DATASUS. Os resultados indicam um aumento significativo nos casos de violência, causados pelo estresse dos cuidadores e familiares e devido ao isolamento, além do não cumprimento das recomendações de prevenção. A violência assume diversas formas, como física, sexual, psicológica, econômica, abandono, negligência e autonegligência. É fundamental implementar políticas de proteção social para mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia, priorizando o direito à vida sobre interesses econômicos.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Violência contra a pessoa idosa; Pandemia da Covid-19.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: kanela8@mail.uft.edu.br.

<sup>2</sup> Professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Política Social. Orientadora do trabalho. E-mail: ingrid.nobrega@mail.uft.edu.br.



## INTRODUÇÃO

Ao final do ano de 2019, os primeiros casos de infecção pelo vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, foram registrados na cidade de Wuhan, na China. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, declarou a doença como uma pandemia devido à sua rápida disseminação por vários países (Lopes *et al.*, 2022). Até meados de 2022, mais de 547 milhões de casos foram confirmados em todo o mundo, resultando em mais de 6 milhões de óbitos (OMS, 2022).

No Brasil, a violência contra idosos é reconhecida como um problema de saúde pública. A fragilidade e a dependência tornam os idosos mais suscetíveis a diferentes formas de violência, as quais estão diretamente ligadas ao declínio da capacidade funcional, à redução da qualidade de vida e à mortalidade (Mendes; Silva; Camargo, 2022). A falta de pesquisas populacionais sobre o assunto contribui para a ausência de compreensão da prevalência desse problema, prejudicando a formulação de políticas públicas e a sensibilização dos profissionais de saúde para reconhecer, prevenir e cuidar das vítimas.

Nesse contexto, é possível identificar que a pandemia de COVID-19 exacerbou situações de violência contra os idosos. Este trabalho, resultado de pesquisa realizada no âmbito da Graduação em Serviço Social (UFT) tem como objetivo investigar como a pandemia contribui para a ocorrência de violência contra os idosos, examinando suas características e as medidas públicas de combate a essa violência.

As discussões visam informar e orientar a formulação de políticas pelo Estado e proporcionar apoio aos profissionais de serviço social, que desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade e dignidade humana. Ademais, concentra-se em analisar tanto o aspecto acadêmico, quanto o profissional.



## **METODOLOGIA**

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa executada para a elaboração deste trabalho, adotou uma abordagem bibliográfica documental, conforme descrito por Gil (2017), que se baseia em material previamente publicado. Os dados foram coletados no período de março de 2020 a dezembro de 2022, utilizando informações disponíveis no Datasus. Tradicionalmente, esse tipo de pesquisa engloba recursos impressos, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, atas de eventos científicos, bem como materiais disponíveis online.

A revisão sistemática da literatura foi o método de análise escolhido para este estudo. Conforme delineado por Roever (2017), a revisão sistemática é um processo que envolve a pesquisa, seleção, avaliação, síntese e relato das evidências científicas sobre um tema específico. É considerada uma abordagem mais racional e imparcial para organizar, avaliar e integrar as evidências científicas disponíveis.

Os dados científicos secundários foram coletados de produções publicadas entre 2020 e 2022, em língua portuguesa, e foram indexados na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e no Google Acadêmico. Além disso, informações adicionais foram obtidas nos sites do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde e em páginas da internet especializadas no tema.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O estudo de Mettei e Heinen (2020) destacou que a crise de saúde desencadeada pelo SARS-CoV-2 ampliou a vulnerabilidade do mercado de trabalho, que já vinha experimentando um declínio acentuado nos últimos quatro anos no Brasil. Os autores ressaltaram que essa crise teve um impacto significativo e variado na força de trabalho em todos os setores econômicos, resultando em disparidades regionais notáveis em todo o território brasileiro.



A diversidade geográfica e populacional do país apresentou desafios na implementação de medidas uniformes em todo o território. Além disso, a pandemia foi marcada por polarização política, com divergências entre autoridades sobre a gravidade da situação e as medidas de contenção a serem adotadas, contribuindo para a falta de coordenação e comunicação eficaz no combate à doença (PEREIRA; MEDEIROS; BERTHILINI, 2020).

Considerando a postura negacionista adotada pelo governo brasileiro, que se insere na lógica da necropolítica, especialmente em relação aos grupos sociais historicamente marginalizados e invisíveis, como indígenas, quilombolas e moradores de favelas, observa-se uma retirada adicional dos já escassos recursos e direitos a eles destinados (AMADO; RIBEIRO, 2020).

Em contraste com as abordagens convencionais, o presidente defendeu o isolamento vertical, direcionado principalmente a grupos de risco, como idosos e pessoas com doenças crônicas, como suficiente para conter a disseminação da pandemia (Gullino, 2020). Isso refletiu a postura objetivamente cética do governo da época, liderado por Bolsonaro, que desconsiderou as informações científicas relacionadas à pandemia, prejudicando ainda mais os grupos subalternizados em áreas rurais, periferias urbanas e presídios, resultando em um encobrimento dos eventos reais (AMADO; RIBEIRO, 2020).

Quanto à economia, a pandemia evidenciou empiricamente as limitações do neoliberalismo em enfrentar a crise econômica resultante da própria pandemia, demonstrando a incapacidade do mercado de operar e reagir eficazmente sem a intervenção do Estado (METTEI; HEINE, 2020).

Nesse cenário pandêmico, cabe compreender a violência contra os idosos como um problema epidemiológico, socioeconômico e cultural que requer atenção de diversos setores e profissionais competentes na promoção e prevenção dos riscos que podem



levar os idosos a serem vítimas desse tipo de violência (Silva; Santana; Paz, 2022). Os serviços de saúde e assistência social desempenham um papel estratégico na identificação das situações de violência contra os idosos, seja por meio da detecção precoce dos casos, das ações de promoção e prevenção realizadas pelas equipes multiprofissionais ou da possibilidade de abordagem intersetorial no território (MENDES; SILVA; CAMARGOS, 2022).

Moraes (2020) ressalta que tanto durante a pandemia quanto em períodos normais, os idosos emergiram como um dos grupos mais suscetíveis aos desafios, motivados por diversos fatores. Isso corrobora o preconizado pelo CFESS (2020) de que o Serviço Social brasileiro, em sua virada histórica na direção de um projeto ético-político, exige uma formação crítica e a construção de fundamentos teóricos e políticos para compreender a dinâmica social dos processos expressos na realidade, cada vez mais complexa em um mundo organizado pela sociabilidade capitalista, em tempos de crise estrutural e sistêmica, em que as expressões da "questão social" são acentuadas.

A literatura aponta que a violência contra os idosos é um problema de saúde pública, causador de dispêndio de recursos públicos. Manifesta-se em formas estrutural, institucional e interpessoal. Diversos autores indicam que a violência ocorre nas relações cotidianas e assume várias formas, incluindo física, sexual, psicológica, econômica, abandono, negligência e autonegligência. Entre as várias formas de enfrentamento, destaca-se a conscientização da população e a ampla divulgação nas mídias sociais sobre a violência contra os idosos, além da preparação das escolas para disseminar aos alunos e pais os cuidados necessários com os idosos que residem com eles, a fim de promover uma consciência coletiva sobre o enfrentamento à violência.

Diante do exposto, torna-se evidente que a pandemia de COVID-19 não apenas exacerbou as desigualdades existentes, mas também expôs as fragilidades e falhas de políticas públicas em lidar com crises de saúde pública e socioeconômicas. A polarização política, a postura negacionista adotada por alguns governantes e a falta de



coordenação entre os diversos setores da sociedade contribuíram para agravar os impactos da pandemia, especialmente para grupos como os que trabalhamos até aqui, os idosos. Além disso, a violência contra os idosos emergiu como um problema de saúde pública, exigindo uma abordagem multifacetada que envolvesse não apenas os serviços de saúde e assistência social, mas também a conscientização da população e a implementação de políticas eficazes de proteção e prevenção.

## BIBLIOGRAFIA

AMADO, L. H. El.; RIBEIRO, A. M. M. Panorama e desafios dos povos Indígenas no contexto de pandemia do COVID-19 no Brasil. **Confluências**. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 22, n. 2, p. 335-360, 2020.

GARRIDO, R. G. *et al.* COVID-19: um panorama com ênfase em medidas restritivas de contato interpessoal. **Interfaces Científicas-Saúde e Ambiente**, v. 8, n. 2, p. 127-141, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2017. 128p.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. **Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro**. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, p. 647-668, 2020.

MENDES, N. C.; SILVA, D. M.; CAMARGOS, M. C. S. Violência contra a pessoa idosa durante a pandemia de covid-19: perspectivas de profissionais e gestores da saúde e da assistência social. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, V. 19, n., 1, p. 74-85, 2022.

MORAES, C. L.; MARQUES, E. S.; RIBEIRO, A. P.; SOUZA, E, R. **Contributions to address violence against older adults during the Covid-19 pandemic in Brazil**. *Cien Saude Colet*. 2020; 25(Supl.2): 4177-84.

MORAES, C. L. de *et al.* **Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4177-4184, 2020.

SILVA, F. A.; SANTANA, L.M.; PAZ, F. A. N. **A integralidade comprometida da pessoa idosa frente à situação de violência durante a pandemia de COVID-19**. *Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 3, n. 5, p. 1-11, 2022.



## **VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: ESTUDO SOBRE A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO TOCANTINS**

**Eixo Temático: Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos**

VAZ, Amanda E. CARNEIRO, Vanessa N. O. <sup>1</sup>

O presente artigo aborda a violência contra a mulher como um fenômeno complexo que requer políticas e programas para abordar suas raízes, como desigualdade de gênero e falta de recursos. A rede de proteção social no Estado do Tocantins é composta por serviços de assistência social, saúde, justiça e segurança pública, além de organizações da sociedade civil, é crucial para garantir o bem-estar das mulheres. No entanto, há necessidade de aprimoramento, capacitação, recursos e estrutura para atender às demandas, especialmente em áreas rurais, além de campanhas educativas para abordar as causas fundamentais da violência.

**Palavras-chave:** Violência contra mulher; Rede de Proteção Social, Direitos Sociais.

### **1. INTRODUÇÃO:**

A violência contra as mulheres é um fenômeno global que afeta milhões, com o Brasil ocupando uma posição alarmante nesse contexto. Esta violência, enraizada em questões culturais e sociais, é exacerbada pela cultura machista e patriarcal, juntamente com a desigualdade de gênero. Afeta mulheres de todas as origens e idades e pode ocorrer em diversos contextos, desde relacionamentos íntimos até dentro dos órgãos públicos.

Essa violência assume diversas formas, incluindo abuso físico, sexual, emocional e psicológico, além de assédio sexual, violação, coerção, intimidação e ameaças. Para combater essa situação, existem redes de atendimento social que oferecem apoio e orientação, composta por uma variedade de serviços, incluindo abrigos, serviços de aconselhamento, assistência psicológica, social e jurídica. Esses serviços desempenham um papel crucial na prevenção da violência e no apoio às mulheres afetadas.

---

<sup>1</sup>Docente do Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins, Campus Miracema do Tocantins. Email: [amendoavaz@mail.uft.edu.br](mailto:amendoavaz@mail.uft.edu.br), orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins. Email: [vanessa.carneiro@mail.uft.edu.br](mailto:vanessa.carneiro@mail.uft.edu.br).



No entanto, esses serviços enfrentam desafios significativos, como falta de recursos financeiros e humanos, falta de sensibilização sobre a violência de gênero e coordenação inadequada entre os diferentes serviços. Muitas mulheres também enfrentam barreiras para acessar esses serviços, incluindo restrições financeiras, falta de conhecimento sobre seus direitos e até mesmo coragem para buscar apoio.

Apesar das medidas tomadas pelo Brasil para combater a violência de gênero, ainda há muito a ser feito. É essencial uma abordagem coordenada e abrangente para garantir a segurança e o bem-estar das mulheres, juntamente com o acesso efetivo aos serviços de apoio necessários.

A pesquisa se baseou em fundamentos teóricos, incluindo estudos bibliográficos e legislações pertinentes, visando esclarecer o contexto sócio-histórico e político-cultural implícito. Uma abordagem crítica, com influências da teoria social marxista, é adotada para analisar a sociedade capitalista e suas ramificações na violência de gênero, buscando compreender e erradicar essa situação complexo.

## **2. QUESTÃO SOCIAL: VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

A violência contra as mulheres é um fenômeno social e estrutural que resulta da desigualdade de gênero, colocando as mulheres em uma posição de subordinação em relação aos homens. Os movimentos feministas surgiram como resposta a essa desigualdade, lutando contra a violência como uma forma de opressão que limita o desenvolvimento pleno das mulheres. Apesar das conquistas legislativas e da sensibilização, a violência persiste, requerendo uma abordagem integrada e contínua para garantir a segurança e os direitos das mulheres.

A violência contra as mulheres no Brasil é um problema complexo e com muitas nuances, enraizado em questões culturais e estruturais. Apesar dos esforços de diversos pesquisadores, como Marilena Chauí (2017), Maria Cecília de Sousa Minayo (2006, 2009) e Neuma Aguiar (2022), para compreender e combater essa realidade, a violência continua a ser uma preocupação crescente. A superação do patriarcado e a promoção da igualdade de gênero exigem não apenas mudanças nas estruturas sociais e legislativas,



mas também uma transformação cultural profunda para dismantelar as normas e estereótipos sexistas que perpetuam a violência contra as mulheres.

Os movimentos feministas surgiram como resposta à estrutura patriarcal que subordina as mulheres aos homens em todos os aspectos da vida. Conquistaram avanços significativos, como a implementação de leis de proteção, e a promoção de políticas sociais que ampliam o acesso das mulheres à educação, trabalho e participação política, mas ainda enfrentam desafios persistentes na garantia dos direitos das mulheres.

Os esforços feministas visam não apenas responsabilizar os agressores e oferecer apoio às vítimas, mas também promover mudanças sistêmicas para erradicar as causas fundamentais da violência de gênero.

A violência contra as mulheres é reconhecida como uma violação dos direitos humanos conforme afirmado em diversas convenções e tratados internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher<sup>2</sup> (CEDAW) e a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher<sup>3</sup> e uma expressão da desigualdade de gênero enraizada em normas culturais e sociais.

A legislação brasileira tem avançado significativamente na proteção das mulheres contra a violência, com leis como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Femicídio (2015)<sup>4</sup>. A primeira possibilita a prisão em flagrante e a prisão preventiva do agressor, além de prever penas mais severas para casos de violência doméstica. Já a segunda, qualifica o assassinato de mulheres por razões de gênero, impondo penas mais rigorosas.

Além disso, o Código Penal Brasileiro<sup>5</sup> tipifica crimes como estupro, importunação sexual e assédio, buscando coibir essas práticas e proteger as vítimas.

A Lei Carolina Dieckmann<sup>6</sup> (Lei nº 12.737/2012) trata de crimes cibernéticos, penalizando a divulgação de conteúdo íntimo sem consentimento, conhecido como

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm). Acesso em março de 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf>. Acesso em março de 2022.

<sup>4</sup> Lei que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em abril 2022.

<sup>5</sup> Alteração do Código Penal para prever o feminicídio. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em abril 2022.



"revenge porn". Esses crimes são considerados graves em muitos países e podem resultar em processos criminais. É importante que as vítimas denunciem esses crimes às autoridades e busquem apoio de organizações especializadas em assistência às vítimas de violência sexual e crimes cibernéticos.

A Lei Marielle Franco (Lei Federal nº 13.964/2019) trouxe importantes alterações no Código de Processo Penal para aprimorar a investigação e punição de crimes violentos, incluindo feminicídios e homicídios, em homenagem à ativista Marielle Franco. A legislação também determina a priorização e celeridade na investigação de casos de feminicídio, racismo e crimes contra a comunidade LGBTQIA+, fortalecendo a luta por justiça social no Brasil.

### 3. REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO TOCANTINS

No Estado do Tocantins, existe uma rede de proteção social para auxiliar vítimas de violência, especialmente mulheres. Essa rede abrange diversas instituições e serviços especializados.

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)<sup>7</sup> são unidades da Polícia Civil que têm como objetivo receber denúncias, investigar e punir crimes de violência contra a mulher, e existem em diversas cidades do Estado, como Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional.

Enquanto os Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)<sup>8</sup> oferecem suporte psicológico, social e jurídico, são responsáveis por articular a rede de serviços de proteção e atendimento à mulher em situação de violência, a fim de garantir uma atenção integral e especializada a essas mulheres. O CRAM de Palmas é um exemplo de unidade que oferece esses serviços no Estado.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm), Acesso em abril 2022.

<sup>7</sup> Norma Técnica de Padronização das DEAMs. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/MJ-2010-Norma-Tecnica-Padronizacao-DEAMs.pdf>. Acesso em maio de 2002.

<sup>8</sup> O que são os CRAM. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/cram-centro-de-referencia-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em maio de 2022.



Há também Casa da Mulher Brasileira<sup>9</sup> ou Casa Abrigo, que são espaços temporários (máximo 6 meses) de acolhimento para mulheres em risco, juntamente com seus filhos e dependentes. Esses locais são uma alternativa para as mulheres que não têm para onde ir e que, muitas vezes, vivem sob constante ameaça e medo. O Estado do Tocantins conta com duas Casas Abrigo, uma em Palmas e outra em Araguaína.

Além disso, conta-se com a atuação da Defensoria Pública (DP-TO), órgão responsável por prestar assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência. Existem unidades da DP em diversas cidades do Estado. Da mesma forma, o Ministério Público (MP-TO) é uma instituição que tem como função fiscalizar e defender os direitos das mulheres em situação de violência, contando também com unidades em várias cidades do Estado.

É importante frisar que as organizações da sociedade civil como ONGs e associações desempenham um papel crucial na oferta de apoio e serviços às mulheres em situação de violência.

Um exemplo notável é o Projeto "Apoio às Vítimas e Acompanhamento a Agressores: Desconstruindo o Mito da Amélia"<sup>10</sup>, liderado pelo Ministério Público Estadual do Tocantins (MP-TO). Este projeto busca oferecer um atendimento humanizado às vítimas de violência doméstica, ao mesmo tempo que combate a cultura machista. Oferece apoio psicossocial e jurídico, realiza ações educativas e preventivas contra o machismo e acompanha os agressores para sensibilizá-los sobre o impacto de suas ações, visando prevenir futuras agressões.

Essas iniciativas, juntamente com as demais instituições e serviços da rede de proteção social, desempenham um papel fundamental na proteção das mulheres contra a violência, na garantia de acesso à justiça e na promoção da igualdade de gênero. Essa abordagem integrada e multidisciplinar é essencial para enfrentar efetivamente a violência contra as mulheres e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

---

<sup>9</sup> Casa da Mulher Brasileira, informações pertinentes no site oficial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/cmb>. Acesso em maio de 2002.

<sup>10</sup> Reportagem sobre o Projeto que visa reduzir a incidência de casos de violência contra as mulheres. Disponível em: <https://mpto.mp.br/portal/2020/03/11/projeto-para-reduzir-a-reincidencia-dos-casos-de-violencia-contr-a-mulher-prossegue-com-encontro-no-mpto>. Acesso em setembro, 2022.



#### 4 CONCLUSÃO:

O artigo aborda a importância das leis de proteção às mulheres vítimas de violência, como a Lei Maria da Penha, e destaca a necessidade de uma rede de proteção social para atendimento público eficaz para garantir a efetivação das políticas públicas de assistência e proteção as mulheres, oferecendo serviços especializados, como abrigos, centros de referência, delegacias especializadas e unidades de saúde.

Apesar dos avanços legais e dos esforços dos movimentos feministas, a violência contra a mulher persiste como uma situação grave, exigindo ações contínuas para promover a igualdade de gênero e proteger os direitos das mulheres.

No Estado do Tocantins, é imprescindível promover a articulação e parceria entre os órgãos governamentais estaduais e municipais, juntamente com a DP-TO e o MP-TO. Essa cooperação visa integrar esforços para capacitar e compartilhar informações com os profissionais das diversas áreas de atendimento às mulheres vítimas de violência. É fundamental orientar e reeducar os agressores, além de manter um diálogo contínuo com a sociedade civil por meio de campanhas educativas e orientações em escolas e outros espaços públicos, a fim de promover a sensibilização e a educação coletiva sobre esse tema crucial.

#### REFERÊNCIAS:

AGUIAR, N., (2022). **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. *Sociedade E Estado*, 15(02), 303–330. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/2493/743>. Acesso em março de 2022.

CHAUI, M., ITOKAZU, Erika M. BERLINCH, C. Luciana, **Sobre a violência: Escritos de Marilena Chauí**, vol. 5. Formato: e-Book Kindle, set. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.132, 2006.

PNUD; ONU MULHERES; INTERNATIONAL IDEA. **Violência contra as Mulheres: Roteiro para Prevenir, Monitorar, Prevenir e Erradicar**. 2020. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Roteiro\\_HojadeRuta.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Roteiro_HojadeRuta.pdf). Acesso em: fevereiro de 2022.